



LINHA DE CUIDADO

Pessoa com Deficiência

SMSA - Secretaria Municipal de
Saúde de Araucária





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

LINHA DE CUIDADO À SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

ARAUCÁRIA, Outubro de 2023

PODER EXECUTIVO

PREFEITO

Hissam Hussein Dehaini

VICE-PREFEITO

Hilda Lukalski Seima

SECRETÁRIO DE GOVERNO

Laecio Monteiro de Carvalho

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETÁRIO

Bruno Rodelli Mendes Fontes

OUVIDORIA EM SAÚDE

Regina Idalino de Oliveira

DIREÇÃO GERAL

Lourival Brasil Felicio

DIREÇÃO TÉCNICA

Patricia Beleski Carvalho de Oliveira

DIREÇÃO ASSISTENCIAL

Lucas Foltz

DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA

Regina Mendonça de Carvalho

DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Carolina de Almeida Torres

HOSPITAL MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

Fabiola dos Santos Lohn

DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Kelly Rosa Rigoni Lavarias

DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Ana Maria Taborda

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Alexandro André Radin

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E AUDITORIA

Nilian Valência Ferreira Madeira

NÚCLEO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Vanessa Rocha Ferreira

ELABORAÇÃO

Direção Assistencial

Direção Técnica

Departamento de Atenção Primária em Saúde

Departamento de Atenção Especializada em Saúde

Departamento de Atenção Psicossocial em Saúde

Departamento de Atenção Urgência e Emergência em Saúde

Departamento de Planejamento, Gestão e Auditoria em Saúde

Responsável Técnico da Gestão de Psicologia

Responsável Técnico da Gestão de Fonoaudiologia

Responsável Técnico da Gestão de Fisioterapia

Responsável Técnico da Gestão de Terapia Ocupacional

Responsável Técnico da Gestão de Farmácia

Responsável Técnico da Gestão de Medicina

Responsável Técnico da Gestão de Enfermagem

Diagramação

Núcleo de Qualidade em Saúde - NQS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxo de Dispensação de Aparelhos Auditivos e Reabilitação Auditiva no Município de Araucária.....	36
Figura 2: Fluxo de Atendimento à Pessoa com Deficiência Auditiva.....	36
Figura 3: Fluxo de Atendimento à Pessoa com Deficiência Física.....	37
Figura 4: Fluxo de Atendimento à Pessoa com Deficiência Intelectual e Autismo.....	38
Figura 5: Fluxo de Atendimento à Pessoa com Deficiência Visual.....	38
Figura 6: Fluxo de Dispensação de Bolsa de Ostomia no Município de Araucária.....	39
Figura 7: Fluxo de Encaminhamento das Pessoas com Doenças Raras no Município de Araucária.....	39
Figura 8: Desenho Municipal da Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Números preliminares de pessoas com deficiências cadastradas no SUS, categorizado por tipo de deficiência.	11
Quadro 2: Equipamentos da Secretaria Municipal de Educação - SMED.....	42
Quadro 3: Equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS.....	44

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO.....	2
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.....	3
ELABORAÇÃO.....	4
1. INTRODUÇÃO.....	9
2. PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA.....	11
3. REDE DE ATENÇÃO DA LINHA DE CUIDADO À SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	12
3.1 ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE.....	12
3.2 ATENÇÃO ESPECIALIZADA.....	14
3.2.1 Municipal.....	14
3.2.1.1 Centro de Especialidades Odontológicas.....	14
3.2.1.2 Centro de Especialidades Terapêuticas.....	15
3.2.1.3 Centro de Saúde da Mulher e do Idoso.....	20
3.2.1.4 Centro de Especialidades Médicas.....	22
3.2.1.4.1 Serviço de Atendimento às Pessoas Ostomizadas.....	23
3.2.1.4.2 Ambulatório de Feridas - Centro de Especialidades Médicas – CEM.....	23
3.2.1.5 Concessão, Dispensação e Adaptação De Órteses, Próteses ou Dispositivo Auxiliar da Locomoção.....	24
3.2.1.6 Assessoria de Atendimento ao Cidadão (AAC).....	25
3.2.1.7 Equoterapia.....	27
3.2.1.8 Assistência Farmacêutica.....	27
3.2.1.9 Assistência Alimentar e Nutricional.....	28
3.2.1.10 Laboratório Municipal.....	29
3.2.1.11 Serviço de Orientação e Atendimento às ISTs/HIV Aids e Hepatites Virais – CTA/SAE.....	29
3.2.1.12 Outros Pontos Especializados da Rede de Atenção à Saúde.....	30
3.2.2 Regional/Estadual.....	31
3.3 ATENÇÃO TERCIÁRIA.....	31
3.3.1 Municipal.....	31
3.3.1.1 Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência.....	31
3.3.1.2 Triagem Neonatal.....	32
3.2.2 Regional/Estadual.....	35
3.4 FLUXO DE REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA DOS SERVIÇOS DA LINHA DE CUIDADO À SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	35
3.4.1 Fluxo Deficiência Auditiva.....	35
3.4.2 Fluxo Deficiência Física.....	37
3.4.3 Fluxo Deficiência Intelectual/ Autismo.....	37
3.4.4 Fluxo Deficiência Visual.....	38
3.4.5 Fluxo Ostomias.....	38
3.4.6 Fluxo Doenças Raras.....	39
3.4.7 Acesso da Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência.....	40
3.4.7.1 Regulação em Saúde.....	40
4. REDE AMPLIADA.....	42
4.1 SERVIÇOS PÚBLICOS DA REDE AMPLIADA.....	42
4.2 CONTROLE SOCIAL - REDE AMPLIADA.....	45

5. DESENHO MUNICIPAL DA LINHA DE CUIDADO À SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	47
6.REFERÊNCIAS.....	48
7. HISTÓRICO DE REVISÕES.....	51

1. INTRODUÇÃO

O conceito de deficiência evoluiu com o tempo, sofrendo inúmeras modificações, deixando o termo mais diverso e incorporando outros fatores para além das limitações do modelo biomédico. (OLIVEIRA et al., 2017).

Para a Organização Mundial de Saúde a deficiência se constitui como “desvio dos padrões populacionais geralmente aceitos no estado biomédico do corpo e das suas funções”. A definição dos seus componentes é feita principalmente por aqueles qualificados para julgar a função física e mental, de acordo com esses padrões.” (OMS/CIF, 2008, p. 23-24). Entretanto, a deficiência não é uma condição única e imutável, podendo ser permanente ou temporária, assim como variar em sua progressão, gravidade e prognóstico. (OMS, 2008).

A Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e recomendado pela Fiocruz como uma Boas Práticas em Saúde, traz uma mudança de paradigma ao conceito de deficiência compreendendo a mesma a partir da perspectiva do modelo biopsicossocial. Este modelo preconiza um deslocamento do olhar da deficiência alocado exclusivamente nas limitações da pessoa, e passa a considerar os fatores ambientais e contextuais como facilitadores ou barreiras para inclusão e participação das pessoas com deficiência nas atividades cotidianas e de cidadania. (OMS, 2008; FIOCRUZ, 2019).

A deficiência é uma condição humana, atingindo cerca de um bilhão de pessoas no mundo todo. Destas, a Organização Mundial de Saúde estima que cerca de 200 milhões possuem alguma dificuldade funcional e limitação de participação social.(OMS, 2012). Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, cerca de 17,3 milhões de brasileiros vivem com algum tipo de deficiência, sendo que essa condição é comumente associada à situação de exclusão e vulnerabilidade. (IBGE, 2019; JAMONE et al., 2021).No Paraná há cerca de 2.280.549 pessoas com uma ou mais deficiências, revelando ser uma demanda prioritária para elaboração e efetivação de políticas públicas voltadas a essa população. (PARANÁ, 2020).

Segundo a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão, a pessoa com deficiência possui direito de inclusão e participação social, sendo do Estado a função de minimizar as barreiras que restringem tal processo. Logo, os diferentes níveis de governo precisam articular políticas que promovam condições materiais para que as pessoas com deficiência exerçam plenamente sua cidadania. Dentre eles, encontramos o acesso ao direito fundamental que é a saúde. Com intuito ampliar o acesso e qualificar o atendimento à pessoa com deficiência, o Ministério da Saúde lança a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema único de Saúde, o qual cria, amplia e articula os pontos de atenção à saúde para as pessoas com deficiência (permanente ou temporária; progressiva, estável ou regressiva), no âmbito do SUS. (BRASIL, 2012).

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência é composta por equipamentos nos três níveis de atenção de saúde: Atenção Primária, Secundária e Terciária, a qual prevê uma responsabilização tripartite, estabelecendo estrategicamente passos delimitados para sua implementação, acompanhamento e avaliação. Dentre elas está o diagnóstico e desenho regional da Rede de Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, que é elaborado em parceria com Estado e Município. Para tanto, inicia-se a construção desse diagnóstico, a partir da apresentação da Rede de Cuidados à Pessoa com deficiência a nível municipal. (BRASIL, 2012).

O município de Araucária é caracterizado como município de gestão plena, tendo serviços de saúde nos três níveis de atenção, de baixa e média complexidade, além de pactuação regional para serviços de alta complexidade. Todos estes atendem as pessoas com deficiência, cada qual com sua especificidade, promovendo atenção integral a estes cidadãos. Para compreender a composição desta rede, seu fluxo e a caracterização da população que utiliza dos serviços públicos de saúde do município, o presente relatório apresenta uma descrição dessa rede, com a finalidade de estabelecer um diagnóstico situacional da Rede de Atenção da Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência.

2. PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA

Pessoa com deficiência é um conceito amplo e diverso, que não define um indivíduo em si. Para o presente Plano de Ação considera-se as pessoas com deficiência aquelas que apresentam impedimentos de longo prazo, seja permanente ou temporária, de múltiplas naturezas (física, mental, intelectual ou sensorial). Esses impedimentos podem ser incapacitantes e, muitas vezes em interação com as diversas barreiras ambientais, podem impedir a participação efetiva das pessoas na sociedade em condições de igualdade. (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2014).

Segundo dados do IBGE 2016, Araucária possui 135.459 habitantes. Dentre estes, considerando um estudo realizado em 2010 pelo IBGE, 7% da população brasileira tem alguma deficiência motora e 1,4% com deficiência mental/intelectual. Aplicando os mesmos percentuais à população de Araucária, temos o equivalente a aproximadamente 11.300 pessoas nestas condições.

O município de Araucária conta com uma rede de serviços intersetoriais, os quais acompanham as pessoas com deficiência e suas famílias. Através dos registros de atendimentos desses serviços é possível obter um número aproximado de pessoas com deficiência residentes no município de Araucária. Araucária conta com 3 Unidades Básicas de Saúde e 13 de Estratégias de Saúde da Família.

No município, o número de pessoas com deficiências cadastradas no SUS está representado, preliminarmente, no quadro abaixo:

Quadro 1: Números preliminares de pessoas com deficiências cadastradas no SUS, categorizado por tipo de deficiência.

Tipo de Deficiência	Intelectual	Auditiva	Visual	Física	Mental	Ostomia
Nº de pessoas	583	408	560	366	3699	82

Fonte: Elaborado pela Secretaria de Saúde de Araucária, a partir dos dados preliminares coletados pela Atenção Primária de Saúde, IPM-Saúde, dados da Assessoria de Atendimento ao Cidadão e do Serviço de Saúde Especial de Araucária - Outubro/2023.

3. REDE DE ATENÇÃO DA LINHA DE CUIDADO À SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPCD) integra o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limite e é constituída por três componentes: I – Atenção Básica; II – Atenção Especializada em Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual, Visual, Ostomia e em Múltiplas Deficiências; e III - Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência. Os objetivos gerais da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência compreendem a ampliação e qualificação do atendimento às pessoas com deficiências, a promoção da vinculação das pessoas com deficiência e suas famílias aos pontos de atenção, garantia de articulação e integração dos pontos de atenção de forma a prestar atendimento integral com vista a promoção, prevenção, reabilitação, estimulação precoce, reinserção social e oferecimento de órteses e próteses (BRASIL, 2017).

A Rede de Atenção à Saúde de Araucária é composta por serviços nos três níveis de atenção: Atenção Básica, Atenção Secundária e Atenção Terciária. Todos estes serviços estão habilitados a integrar a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, os quais seguem as diretrizes e os princípios do SUS, promovendo acessibilidade e equidade de atendimento. Para detalhar a rede de atenção instaurada no Município de Araucária, tem-se os seguintes equipamentos e fluxos de Saúde:

3.1 ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

O Departamento de Atenção Primária - DAP, tem a função de ordenar toda a rede de assistência pública à saúde no município de Araucária, oferecer o atendimento primário e o acompanhamento continuado ou crônico das condições de saúde da população, realizar a educação em saúde da população por meio da orientação de ações preventivas, assim como promover a melhora das condicionalidades de vida dos indivíduos adscritos em sua área de abrangência.

As ações em saúde do DAP estão ancoradas na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), a qual define que a Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária (BRASIL, 2017).

A Atenção Primária em Saúde, como porta de entrada da rede, deve resolver os problemas de saúde de maior frequência e relevância em seu território. Este se caracteriza também como principal porta de entrada dos usuários com deficiência no Sistema Único de Saúde. A Atenção Primária em Saúde do município de Araucária conta

com 16 Unidades Básicas de Saúde, sendo que destas, 13 compõem o Programa de Estratégia de Saúde da Família.

Uma das estratégias da atenção primária é a Saúde da Família, composta por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, agentes comunitários de saúde, dentistas e auxiliares de consultório dentário, que realizam o atendimento na unidade de saúde e também fazem visitas domiciliares. Araucária atualmente conta com 29 equipes de saúde da família. Estas equipes realizam a avaliação domiciliar no paciente portador de deficiência e identifica quais as necessidades que precisarão ser supridas, bem como os serviços que precisarão ser acionados, como o encaminhamento para avaliação funcional e de reabilitação. Também avalia a periodicidade das visitas domiciliares.

Além dos profissionais citados, a Atenção Primária à Saúde do município de Araucária conta com equipes multiprofissionais (eMAP¹) compostas atualmente, pelas categorias de Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Nutricionista, Terapeuta Ocupacional e Psicólogo, tendo a previsão de ampliação desta equipe com a inserção da Educador Físico.

As eMAP intervêm nas dimensões clínico-assistencial e técnico-pedagógica, atuando em todos os ciclos de vida, considerando a realidade epidemiológica, cultural e socioeconômica da população adscrita, com ações voltadas a crianças, adolescentes, adultos e idosos, com ou sem deficiência. Norteadas pelos princípios e diretrizes da Atenção Primária, ações coletivas de promoção de saúde e prevenção de agravos são a prioridade no trabalho destas equipes. atendimentos clínicos especializados, individuais ou em grupos, sempre de curta duração, são possibilidades complementares do plano de cuidados na atenção primária.

O acesso do usuário aos serviços ofertados pelas eMAP ocorre a partir do encaminhamento realizado por profissional de saúde de nível superior. A busca espontânea e os encaminhamentos intersetoriais passam previamente por consulta de enfermagem.

Garantindo a acessibilidade, após a avaliação por categoria profissional ou compartilhada entre terapeutas (interdisciplinar), a qual contempla a estratificação de risco em uma visão abrangente de sujeito, e considerando a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), é definido o plano de cuidado do paciente. Quando a demanda do usuário é classificada em média e alta complexidade, ou quando o plano de cuidado necessário ultrapassa o que perfaz o escopo da Atenção Primária², após discussão do caso pela eMAP, é realizado o encaminhamento a outros pontos da rede de atenção.

1 eMAP: equipes Multiprofissionais na Atenção Primária.

2 Ações individuais e coletivas que compreendem a promoção, proteção, manutenção da saúde e prevenção de agravos, com o objetivo de impactar positivamente na saúde das coletividades com a oferta de cuidados de baixa complexidade tecnológica.

Cabe ressaltar que nos casos em que o paciente encontra-se restrito ao leito, pode ser realizada uma consulta domiciliar avaliativa e orientativa interdisciplinar, de acordo com a demanda do usuário, na qual são passadas orientações e treinamentos de autocuidado, sempre que possível, como também aos familiares e cuidadores visando garantir a segurança e medidas de conforto. Tal qual ocorre na avaliação ambulatorial, os casos avaliados em domicílio são posteriormente discutidos pela eMAP sendo realizados encaminhamentos para outros níveis de atenção, quando necessário.

O serviço de odontologia, disponível na atenção primária de saúde, também compõe a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência de Araucária. Segundo o Siab (2021) o município de Araucária conta com 30 equipes de saúde bucal credenciadas. As demandas de saúde bucal das pessoas com deficiência, independente da etiologia, são preferencialmente atendidas na Atenção Primária de Saúde. Caso estes usuários apresentem alguma necessidade específica, a qual excede os recursos tecnológicos da atenção primária, os mesmos são encaminhados à atenção odontológica especial.

3.2 ATENÇÃO ESPECIALIZADA

3.2.1 Municipal

A Rede Municipal de Atenção à Saúde de Araucária, neste momento, não possui serviços habilitados em modalidade única, tampouco serviços habilitados em Centro Especializado em Reabilitação e Oficina Ortopédica. Com relação aos Centros Especializados em Odontologia habilitados pela Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência, temos o Centro de Especialidades Odontológicas Municipal, o qual realiza atendimento especializado a esta população.

Em paralelo, a Rede Municipal de Saúde possui serviços próprios que são responsáveis pela reabilitação de pacientes com deficiência física, intelectual/ transtorno do espectro autista, ostomia e múltiplas deficiências.

3.2.1.1 Centro de Especialidades Odontológicas

O atendimento odontológico especializado no município de Araucária é realizado pelo Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) que presta atendimento às pessoas com deficiência, sendo o único serviço referência para Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência para este tipo de atendimento.

Os critérios de encaminhamento compreendem: pacientes com movimentos involuntários que coloquem em risco a sua integridade física e aqueles cuja história médica e condições complexas necessitem de uma atenção especializada; pacientes com

sofrimento mental que apresentam dificuldade de atendimento nas unidades básicas de saúde; paciente com deficiência mental, ou outros comprometimentos que não responde a comandos, não cooperativo; paciente com deficiência visual ou auditiva ou física quando associado aos distúrbios de comportamento; pessoas com patologias sistêmicas crônicas, endócrino-metabólicas, alterações genéticas e outras, quando associadas ao distúrbio de comportamento; paciente com distúrbio neurológico “grave” (ex. paralisia cerebral); pacientes com doenças degenerativas do sistema nervoso central, quando houver a impossibilidade de atendimento na Unidade Básica; paciente autista, com dificuldade de vinculação à equipe da Unidade Básica e outros desvios comportamentais que representam alguma dificuldade de condicionamento.

3.2.1.2 Centro de Especialidades Terapêuticas

O Centro de Especialidades Terapêuticas (CET) é um serviço de atenção secundária, especializado na habilitação e reabilitação física, intelectual e auditiva. Constitui-se por diferentes setores, compostos pelas categorias profissionais de Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina (Pediatria, Neuropediatria), Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

As equipes multiprofissionais, experientes no trabalho conjunto, implementam o modelo biopsicossocial ao invés do reducionismo do modelo biomédico linear. Os prejuízos, limitações de atividades e restrição na participação diante das doenças e/ou condições de saúde se pronunciam mais ou menos, a depender da interação do corpo com o ambiente. O Centro de Especialidades Terapêuticas está no contexto de fatores ambientais como um facilitador na experiência de funcionalidade dos pacientes, como se define na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

O acesso ao CET varia de acordo com os serviços, que estão organizados por ciclo de vida (bebê de alto risco, saúde infantojuvenil e saúde do adulto), além da saúde auditiva, da fisioterapia geral e do Serviço de Saúde Especial. A assistência é prestada nas diferentes fases do desenvolvimento humano e nos seguintes setores:

- **Setor de Assistência ao Bebê de Alto Risco**

O atendimento ao Bebê de Risco, presta assistência às crianças com diagnósticos de alterações de desenvolvimento neuropsicomotor. É um ambulatório especializado e multiprofissional, composto por técnico de enfermagem, enfermeiro (coordenador), psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, pediatra, neuropediatra, terapeuta ocupacional e assistente social. É voltado ao atendimento de crianças com fatores de risco no desenvolvimento neuropsicomotor, de recém natos até 3 anos, 11 meses e 29 dias. O setor realiza intervenções e acompanhamento do desenvolvimento dos bebês, através de avaliações multiprofissionais e estudos de caso, de forma a garantir assistência integral

aos bebês, utilizando de processos de trabalho que compreendem pré e pós consulta médica (pesagem, medições, procedimentos de enfermagem, agendamentos), consultas individuais, atendimentos interdisciplinares compartilhados, orientações em grupo e/ou individuais; articulação de benefícios sociais, matriciamentos e articulação intersetorial, além de orientações para profissionais da Rede.

- **Setor de Saúde Infante Juvenil**

O núcleo de atendimento à Saúde Infantojuvenil é um ambulatório especializado e multiprofissional, constituído por fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional e enfermeiro (coordenador). Destina-se ao atendimento de crianças e adolescentes com deficiência intelectual leve, transtorno do espectro autista, deficiência física e/ou deficiência auditiva, cujo prejuízo grave na linguagem, e/ou no comportamento e/ou no desenvolvimento motor trouxe impacto negativo na experiência da funcionalidade. Atende a faixa etária de 4 a 17 anos, 11 meses e 29 dias.

A inserção dos pacientes infantojuvenis no CET é através da avaliação multiprofissional da Unidade de Saúde, do atendimento no setor do Bebê de Risco ou outros serviços. Os profissionais desse setor atuam na avaliação, habilitação e reabilitação neurofuncional e/ou respiratória; monitoramento; articulações intersetoriais; orientação e treinamento de pais e/ou responsáveis para manuseio do paciente e/ou para procedimentos de aspiração; indicação, prescrição e acompanhamento do uso da cadeira de rodas; avaliação, habilitação e reabilitação fonoaudiológica (individualizada ou coletiva); orientação de práticas parentais (individualizada ou coletiva); oficina de linguagem; matriciamentos; avaliação, habilitação e reabilitação neuropsicológica (individualizada ou coletiva); psicoterapia; grupo terapêutico de escuta e acolhimento dos pais e cuidadores; atendimento familiar; participação em palestras e orientações em grupo; assistência à família (benefícios sociais, serviços disponíveis da rede); articulação e comunicação entre a equipe e equipe/família; realiza buscas ativas; visitas domiciliares (exclusivo da assistente social); atendimento interdisciplinar compartilhado e orientações para profissionais da rede; avaliação, habilitação e reabilitação funcional (individual ou coletiva).

- **Serviço de Saúde Especial**

Tem como função a assistência em nível de Atenção Especializada em habilitação e reabilitação direcionada a pacientes com deficiência intelectual de grau moderado, grave, severo/profundo, associado ou não a outras deficiências físicas, sensoriais e/ou múltiplas deficiências. As ações organizam-se, especialmente, na construção de planos terapêuticos interdisciplinares (reabilitação/habilitação), dando suporte às famílias, reforçando seu empoderamento sobre as capacidades e habilidades no cuidado com a pessoa com deficiência, buscando autonomia e protagonismo frente a sua inclusão nos espaços sociais, educacionais, de lazer e de trabalho, com vistas à melhoria da qualidade de vida

de toda a família. Esse acompanhamento acontece a partir das necessidades de cada indivíduo, considerando o impacto da deficiência sobre sua funcionalidade, bem como, os fatores clínicos, emocionais, ambientais e sociais envolvidos. Atende crianças a partir de 4 anos e a tua nas dependências do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado – Área Intelectual – Joelma do Rocio Túlio (CMAEE-AI). Formado por equipe multiprofissional, com auxiliar de enfermagem, enfermeiro (coordenador), fisioterapeuta, fonoaudiólogo, neuropediatra, psicólogo e terapeuta ocupacional, além de equipe de odontologia pertencente ao CEO: auxiliar de consultório odontológico, técnico em saúde bucal e cirurgião dentista. Os casos odontológicos que necessitam de sedação em ambiente hospitalar, são encaminhados para agendamento através da Central de Regulação Ambulatorial - CRA, pelo Sistema Estadual de Regulação Care Paraná (Central de Acesso à Regulação do Paraná).

- **Setor Saúde do Adulto**

Esse programa compreende diferentes modalidades de atendimento para pacientes na faixa etária de 18 a 65 anos, estando em fase de implementação.

Os setores do CET que prestam atendimento também para esse público são o Núcleo de Atendimento Fonoaudiológico em Deficiência Auditiva (NAFDA), atendimento fonoaudiológico para disfagia e linguagem e o Setor de Fisioterapia Geral (Clínica Municipal de Fisioterapia).

- **Setor de Fisioterapia Geral**

Serviço Especializado de Atenção Fisioterapêutica à criança, jovem e adulto, que oferta assistência a pessoas de 0 a 65 anos, 11 meses e 29 dias que apresente deficiências, incapacidades e limitações de atividades decorrentes de agravos agudos ou crônicos, temporárias ou permanentes, excetuando os casos atendidos em outros setores do CET (Saúde Infanto Juvenil, Bebê de Risco, Serviço de Saúde Especial).

A abordagem do profissional fisioterapeuta é pautada sob a ótica da análise da funcionalidade, das disfunções, limitações de atividade e incapacidade baseada na Classificação Internacional de Funcionalidade e Saúde (CIF). São atribuições dos fisioterapeutas servidores que atuam no Setor de Fisioterapia Geral: elaborar diagnóstico cinesiológico funcional; prestar assistência fisioterapêutica a pessoas nos diferentes ciclos de vida; prescrever, planejar, ordenar, analisar, supervisionar e aplicar programas de tratamento fisioterápico, avaliando sua eficácia e resolutividade; estabelecer prognóstico e critérios de alta fisioterapêutica.

A equipe de fisioterapeutas também é responsável pela indicação, prescrição, acompanhamento da entrega, avaliação da qualidade e adaptabilidade, além de orientação e treinamento quanto ao uso dos meios auxiliares de locomoção, órteses, cadeiras de rodas e próteses.

Os procedimentos são realizados na Clínica de Fisioterapia do CET, com fluxo de atendimento que tem início nas Unidades de Saúde a partir do agendamento de consulta fisioterapêutica de triagem e estratificação fisioterapêutica do grau de limitação funcional. Mediante a estratificação determinada na consulta de triagem e o devido encaminhamento via sistema IPM, são realizadas consultas e atendimentos fisioterapêuticos para a reabilitação física de agravos disfunções musculoesqueléticas, uroginecológicas, cardíacos, vasculares (venosas, arteriais e linfáticas), pulmonares, do sistema nervoso central e periférico, dermatofuncionais (queimados e cirurgias reparadoras) e, oncológicos, dentre outras.

Sendo um centro especializado, atende prioritariamente pessoas com indicação de programa de reabilitação por período pré determinado e com metas definidas, a partir da consulta fisioterapêutica de avaliação física funcional.

São elegíveis para programa de reabilitação/recuperação física funcional no setor de fisioterapia geral e reabilitação do adulto CET prioritariamente os pacientes cujos quadros sejam categorizados como *Urgentes* e *Muito Urgentes*, conforme estratificação realizada no âmbito da atenção primária.

Descrição da Categorização de casos “Muito Urgentes” e “Urgentes” - Assistência Fisioterapêutica na SMSA

- **Muito Urgentes**

Pacientes com disfunção grave e incapacitante resultantes de agravo recente ou de doenças evolutivas, em que a assistência direta do fisioterapeuta é imprescindível e urgente; pacientes com disfunção grave e incapacitante resultado de agravo recente ou de doenças evolutivas e incapazes de executar medidas de autocuidado e sem suporte/estrutura familiar; agravos agudos/recentes com evidências clínicas de recuperação estagnada ou atrasada, quando observado potencial de recuperação evidenciado clinicamente. Inclui pacientes em período pós operatório de cirurgias ortopédicas recentes ou pós imobilização (traumas, fraturas, luxações); pós-operatório de cirurgias torácicas e abdominais; pós operatório de cirurgias urológicas e ginecológicas; pós-operatório de cirurgias do sistema nervoso central e periférico; lesões do sistema nervoso central sem atendimento fisioterapêutico prévio e em até noventa dias pós lesão (quando por lesão adquirida); lesões do sistema nervoso periférico de causa traumática, química ou biológica (até noventa dias pós lesão); doença respiratória aguda ou crônica agudizada, independentemente do fator etiológico; quadros álgicos e/ou inflamatórios intensos com impotência funcional e/ou postura antálgica; distúrbios vasculares periféricos agudos com presença de sinais flogísticos (pós trombose venosa profunda ou linfedema); indivíduos em período pré operatório de qualquer órgão ou sistema, com cirurgia agendada em até trinta dias (preparo pré operatório); indivíduos com transtornos

sistêmicos que acarreta grave disfunção, independentemente do órgão, sistema ou estrutura corporal afetada e sem prévia assistência fisioterapêutica.

- **Urgentes**

Pacientes com disfunção grave e incapacitante, capazes de executar medidas de autocuidado com ou sem assistência de cuidadores/familiares; quadros em que são percebidas evidências clínicas de recuperação em evolução positiva, independentemente do sistema/órgão afetado. São incluídos nesta categoria eventos pós operatórios ortopédicos ou pós imobilização (traumas, fraturas, luxações); reabilitação pós operatória de cirurgias torácicas e abdominais; distúrbios do sistema nervoso central (adquiridos ou não, progressivos ou não) sem atendimento prévio e em até cento e oitenta dias pós lesão (quando lesão adquirida); quadros álgicos e/ou inflamatórios intensos com impotência funcional e postura antálgica; distúrbios dermato funcionais (pós operatórios, queimaduras ou outros); labirintopatias; incontinência urinária (primeiro ciclo de atendimentos); indivíduos em idade produtiva em período de afastamento do trabalho com previsão de retorno de trinta dias ou menos, gestantes a partir do início do terceiro trimestre de gestação, crianças e adolescentes, exceto os casos em que a avaliação da classificação de risco realizada pelo fisioterapeuta indique outra classificação sem que haja prejuízo na recuperação do paciente.

Os demais casos são acolhidos pelas eMAP's na Atenção Primária.

- **Setor de Saúde Auditiva**

O Setor De Saúde Auditiva acolhe munícipes de todas as idades e é dividido em Núcleo de Audiologia e Núcleo de Atendimento Fonoaudiológico em Deficiência Auditiva.

- **O Núcleo de Audiologia** possui equipamentos específicos para os exames diagnósticos audiológicos (audiometria, imitanciometria, emissões otoacústicas transientes – EOAT), que podem ser solicitados por médicos e fonoaudiólogos da Rede de Atenção à Saúde – RAS. Atende os recém-natos com alteração no Teste da Orelhinha, realizado nos hospitais/maternidades, para definição do diagnóstico audiológico. Realiza o monitoramento de todas as crianças com risco auditivo, semestralmente, até os dois anos de idade. O atendimento clínico especializado recebe os pacientes oriundos das unidades básicas e outros serviços de saúde. Os casos acolhidos são os de caráter crônico de moderado a grave, para os quais a alta terapêutica é analisada de maneira diferenciada e específica a cada caso clínico. Alguns pacientes recebem atendimento na modalidade de monitoramento, que ocorre com a responsabilização das famílias e das escolas de origem, para a manutenção do quadro clínico e da qualidade de vida.

Exames complementares são credenciados pelo município e/ou encaminhados para agendamento em outros equipamentos públicos através da Central de Regulação Ambulatorial - CRA, pelo Sistema Estadual de Regulação.

- **NAFDA** – Núcleo de Atendimento Fonoaudiológico em Deficiência Auditiva tem por objetivo promover a saúde auditiva dos cidadãos de Araucária que convivem com algum tipo de perda auditiva de caráter crônico. O acesso ao NAFDA se dá através de encaminhamento médico ou fonoaudiológico de profissionais do SUS, de pacientes com diagnósticos de perdas auditivas uni ou bilaterais de caráter crônico, com outras deficiências associadas ou não de todas as faixas etárias. Este núcleo faz os acompanhamentos de pacientes que fazem uso de dispositivos auxiliares de audição, como Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), chamados também de aparelhos auditivos e Implante Coclear, realizando também atendimento terapêutico individual especializado e/ou em grupo para os pacientes (adultos ou crianças), sendo as crianças e adolescentes inseridos no programa infantojuvenil do CET. Absorve ainda a demanda do Núcleo de Audiologia, acompanhando as famílias para orientação do diagnóstico de surdez ou perda auditiva, encaminhando para os serviços pertinentes para a obtenção dos dispositivos auxiliares de audição adequados, acompanhando e orientando os pacientes e responsáveis durante o processo. Este serviço realiza ainda orientação aos pais e professores do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado em Surdez – CMAEE, da Secretaria Municipal de Educação, além da interlocução intersetorial entre CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), se necessário. Quando necessário, o NAFDA encaminha os pacientes para agendamento através da Central de Regulação Ambulatorial - CRA, pelo Sistema Estadual de Regulação Care Paraná (Central de Acesso à Regulação do Paraná).

3.2.1.3 Centro de Saúde da Mulher e do Idoso

O **Centro de Saúde do Idoso** agrega-se aos demais serviços ofertados no município, minimizando fragilidades, preservando capacidades e oferecendo um atendimento humanizado a esta população. A unidade é referência para atendimento de idosos frágeis e para atendimento de usuários portadores de demências. Atende idosos com idade igual ou superior a 60 anos, nas áreas de geriatria, fonoaudiologia, fisioterapia (a partir de 66 anos), terapia ocupacional, enfermagem, nutrição e psicologia.

Aos idosos com estratificação de risco frágil e/ou com suspeita de demência, a Unidade oferta atendimento multiprofissional que se inicia com o encaminhamento ao

serviço pelas UBS, seguido pela realização de uma avaliação de fragilidade que antecede a consulta da geriatra. Nesta avaliação inicial são aplicados vários testes como o grau de dependência, avaliação cognitiva, motora, nutricional e de depressão. Após a consulta com a geriatra, outros profissionais podem ser acionados conforme estabelecido em plano terapêutico singular (PTS) como por exemplo, atendimento nas especialidades de fisioterapia, nutricionista, terapeuta ocupacional, enfermagem, fonoaudiologia e psicologia.

Aos idosos em terapia nutricional via sonda, acamados e/ou uso de oxigênio, há a oferta de atendimento e acompanhamento em domicílio com o profissional nutricionista. Para os familiares dos idosos com diagnóstico de demência, em específico a demência por Alzheimer, oferta-se um grupo de suporte aos familiares e cuidadores com encontros mensais na modalidade virtual. Há ainda encontros semanais em grupos virtuais e grupos presenciais para idosos que necessitam de estimulação de memória e práticas corporais, todos os grupos são organizados e supervisionados pela profissional de terapia ocupacional.

A equipe realiza em conjunto com os profissionais da Atenção Primária os encontros com profissionais da Rede de Atenção à Saúde Municipal, chamados de Matriciamento em saúde da pessoa idosa, onde ocorre a discussão dos casos apresentados entre as equipes.

O **Centro de Saúde da Mulher** é uma Unidade da Atenção Especializada com oferta de atendimento de caráter assistencial via ambulatorial às mulheres na fase gestacional que demandem atendimento de alto risco, exames ecográficos, coleta de exame GBS, endocrinologia, nutrição e para as mulheres que necessitem atendimento na especialidade de colposcopia.

Ofertamos atendimento especializado às gestantes que necessitam realizar o pré natal de alto risco bem como o agendamento dos retornos, exames e outras consultas especializadas, a fim de facilitar o acesso para as gestantes em acompanhamento nesta Unidade. Para todas as mulheres que apresentarem em seu resultado de preventivo uma suspeita de câncer de colo uterino, é realizado o diagnóstico através de consulta na especialidade de colposcopia com a realização do exame, biópsia, cirurgia de alta frequência (CAF) e/ou encaminhamento para serviço terciário quando necessário.

A Unidade possui 3 salas equipadas com aparelhos em 2D para a realização de diversas ultrassonografias como ultrassonografia obstétrica, obstétrica com doppler, morfológica, mamária, tireóide, abdômen total, transvaginal e eventualmente outros exames conforme demanda. Os exames são digitados e os laudos são impressos e entregues ao usuário logo após a realização da ultrassonografia. Uma cópia é salva no prontuário eletrônico do usuário para acesso dos demais profissionais que consultam o paciente na rede de saúde de Araucária.

Para as gestantes que se encontrem entre a 34ª e a 37ª semana de gestação, é feita a coleta do exame para a pesquisa do *estreptococo beta-hemolítico do grupo B* mais conhecido como exame de GBS, capaz de detectar através da coleta com *swab* se a gestante é portadora da bactéria que pode ser transmitida ao bebê no momento do parto.

3.2.1.4 Centro de Especialidades Médicas

O Centro de Especialidades Médicas (CEM) disponibiliza atendimento aos munícipes encaminhados ao serviço através do sistema IPM-Saúde e agendamentos pela Central de Regulação Ambulatorial. O CEM conta com as seguintes especialidades:

- Alergologia pediátrica;
- Angiologia Vascular;
- Avaliação para Cirurgia de Cabeça e Pescoço;
- Cardiologia;
- Cardiologia pediátrica;
- Dermatologia;
- Endocrinologia;
- Gastroenterologia;
- Hematologia;
- Nefrologia pediátrica;
- Neurologia adulto;
- Neuropediatria;
- Nutrição;
- Nutrologia;
- Oftalmologia;
- Ortopedia;
- Otorrinolaringologia;
- Pneumologia;
- Reumatologia;
- Urologia.

Dentro das especialidades citadas, alguns procedimentos e exames também são realizados pelo CEM, sempre através de agendamento:

- Eletrocardiograma;
- Ambulatório de procedimentos de cabeça e pescoço;

- Procedimentos dermatológicos não estéticos (biópsias, crioterapia e eletrocoagulação);
- Procedimentos ortopédicos (infiltração articular e punção articular);
- Punção de medula óssea;
- Inserção de dispositivo intrauterino – DIU;
- Visitas domiciliares do nutricionista;
- Matriciamentos entre as diferentes especialidades e níveis de atenção.

Especialidades complementares são credenciados pelo município e/ou encaminhados para para agendamento em outros equipamentos públicos através da Central de Regulação Ambulatorial - CRA.

3.2.1.4.1 Serviço de Atendimento às Pessoas Ostomizadas

No que se refere aos cuidados a pacientes ostomizados, o Ambulatório de Feridas faz a primeira avaliação para fornecimento dos materiais necessários através d AAC - Assessoria de Atendimento ao Cidadão. As ostomias permanentes ou temporárias, assim como as altas taxas de complicações relacionadas aos estomas, trazem consequências físicas e psicossociais ao indivíduo comprometendo aspectos interpessoais, sociais, laborais e sexuais. A prática desses profissionais envolve o desenvolvimento de ações que acompanham a reabilitação dos pacientes, incluindo a demarcação do local adequado a realização da ostomia, orientação para o autocuidado, o preparo da família para o cuidado no domicílio, e a indicação de equipamentos coletores dos efluentes, adjuvantes e protetores de pele, específicos ao cuidado à pessoa ostomizada. Todos esses materiais são fornecidos ao município através do convênio com o Consórcio Metropolitano de Saúde do Paraná –COMESP.

3.2.1.4.2 Ambulatório de Feridas - Centro de Especialidades Médicas – CEM

As feridas complexas são lesões que não seguem o curso normal da cicatrização, demandam tempo cicatricial além do esperado, devido a processos infecciosos, perdas teciduais extensas e traumas que colocam em risco a integridade e a viabilidade de órgãos e membros. Nesse sentido, o Ambulatório de Feridas tem o propósito de realizar curativos com técnicas apropriadas e especializadas aos pacientes, apoiar e envolver familiares e cuidadores no processo de cuidado, proporcionar cicatrização da ferida ou evitar complicações, otimizando a utilização dos recursos do município, buscando diminuição de custos e tempo de tratamento. Sua clientela é composta por munícipes portadores de feridas com lesão instalada há mais de 30 dias, incluindo feridas crônicas como úlceras vasculogênicas, neuropáticas, e agudas como deiscências cirúrgicas, traumáticas, acidentadas

com animais peçonhentos entre outras. A equipe de atendimento é atualmente formada por médico, técnico de enfermagem e enfermeiro, que realizam o atendimento e definem conjuntamente as condutas a serem aplicadas individualmente a cada caso. O acesso do paciente a este serviço acontece através de encaminhamento da Unidade de Saúde através do sistema IPM Saúde, de acordo com os critérios previstos no protocolo do serviço.

3.2.1.5 Concessão, Dispensação e Adaptação De Órteses, Próteses ou Dispositivo Auxiliar da Locomoção

As Órteses, Próteses e dispositivos auxiliares da locomoção (OPMAL) são insumos utilizados na assistência à saúde e relacionados a uma intervenção médica, odontológica ou de reabilitação, diagnóstica ou terapêutica. (BRASIL, 2016). O Ministério da Saúde e diversos centros especializados em média e alta complexidade propuseram a elaboração de um manual que tem a finalidade de estabelecer diretrizes e propor soluções para as questões práticas relacionadas à aquisição, à solicitação, ao recebimento, à armazenagem, à dispensação, à utilização e ao controle de OPMAL, nas unidades de saúde (BRASIL, 2016).

A efetividade das OPMAL's perpassa por um processo responsável e qualificado de (1) Avaliação; (2) Prescrição; (3) Confeção; (4) Dispensação; (5) Preparação; (6) Treino para o uso; (7) Acompanhamento; (8) Adequação; e, (9) Manutenção. (Brasil, 2019) Como se constata, são diversas etapas, que exigem o concurso de várias instâncias do sistema de saúde. A avaliação inicial pode, em grande parte dos casos, ser efetuada nas unidades de atenção básica, assim como o acompanhamento. Mas a maior parte do processo não pode prescindir de profissionais e serviços especializados. (Machado, 2018).

A Secretaria Municipal de Saúde de Araucária oferta ao cidadão a avaliação, prescrição, treino para uso e acompanhamento da utilização de OPMAL's confeccionadas e dispensadas em centros especializados da esfera estadual ou federal.

O encaminhamento ao serviço especializado referência ocorre partir de solicitação por fisioterapeutas ou médicos que atuam no âmbito da Atenção Primária/UBS, segue via sistema IPM-Saúde para agendamento de consulta por meio da Central de Regulação Ambulatorial - CRA, pelo Sistema Estadual de Regulação em serviço de dispensação de órteses e próteses.

Mesmo sendo o ente municipal desobrigado de tal atribuição, dispensa vários itens cuja celeridade de uso é imprescindível para o processo de reabilitação, visando a promoção de mínima independência ou preservação de funções corporais. A dispensação ocorre após processo licitatório a partir de demanda emanada das prescrições realizadas por profissionais de saúde do Centro de Especialidades Terapêuticas - . Todos os materiais

não previstos nos protocolos de empréstimo e concessão pela SMSA/AAC são direcionados para serviço especializado no âmbito estadual.

No âmbito do município de Araucária, compete ao CET/SSE e CSMI (serviços de atenção secundária) a assistência multidisciplinar de reabilitação que inclui a indicação, avaliação, prescrição e acompanhamento do uso de OPMAL's, em associação com a Assessoria de Atendimento ao Cidadão (AAC), que dá suporte aos serviços especializados.

3.2.1.6 Assessoria de Atendimento ao Cidadão (AAC)

Em nível municipal, a AAC auxilia os usuários do SUS submetidos aos mais diversos tratamentos, que dependem de equipamentos médicos para seu restabelecimento, oferecendo:

- Fornecimentos:
Fraldas descartáveis, cilindros de oxigênio, bolsas de colostomia, óculos para adultos e crianças, cadeiras de rodas, de banho, com receita válida por 6 meses, e caso o paciente não retire os materiais em dois meses consecutivos, seu processo é automaticamente cancelado.
- Empréstimos:
Cama hospitalar, colchão com capa, cadeira de rodas, e de banho, suporte de soro, aspirador de secreção, muletas de madeira e canadense adulto e infantil, botas robofoot, coletes, andador adulto, andador infantil, comadres, apoio de cabeça, bengala, imobilizador de mão e perna e pescoço, papagaio, tipoia adulto e infantil.

O empréstimo de materiais como cama hospitalar, cadeira de banho e rodas, muletas, entre outros, serve como forma de complemento de tratamento da saúde e faz parte do rol da assistência terapêutica.

Considerando a Lei nº 8.080/1990 que estabelece

Em seu artigo 6º, alínea “d”, inciso I que a execução de ações de assistência terapêutica está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS e no artigo 19º, inciso I complementa que essa assistência consiste na dispensação de produtos de interesse para a saúde.

Considerando o Decreto nº 3.298/1999 que regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências

No seu Capítulo VII, Seção I, art. 18º “Incluem-se na assistência integral à saúde e reabilitação da pessoa portadora de deficiência a concessão de órteses, próteses, bolsas coletoras e materiais auxiliares, dado que tais equipamentos

complementam o atendimento, aumentando as possibilidades de independência e inclusão da pessoa portadora de deficiência”,

E no Art.19 da mesma lei que “consideram-se ajudas técnicas, para os efeitos deste Decreto, os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social.” que no parágrafo único explica o que são ajudas técnicas e no inciso V que estabelece que os “elementos de mobilidade, cuidado e higiene pessoal necessários para facilitar a autonomia e a segurança da pessoa portadora de deficiência”.

Considerando a Lei 8.069/1990 que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente

No art. 11, § 2º que “incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas”.

Considerando a Lei 10.741/2003 que designa o Estatuto do Idoso

Em seu art. 15 § 2º onde estabelece que, “incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação”.

Alguns bens materiais dispensadas pela Política Pública de Saúde tem como critério básico ser insumo de uso individual e de tratamento de saúde, diferente daquilo que está disposto nos benefícios eventuais disponíveis na Política de Assistência Social que são provisões temporárias para famílias em vulnerabilidade e risco social, conforme previsto na Lei 8.742/93 que

Estabelece a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e na Resolução N 39, de 9 de dezembro de 2010 que “dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde”.

Considerando ainda, como base legal para os empréstimos, a Lei Ordinária Municipal nº 1315/2002 que

Institui a Casa de Apoio Terapêutico (atual Assessoria de Atendimento ao Cidadão) e o Programa de Órteses e Próteses vinculados Secretaria Municipal de Saúde.

3.2.1.7 Equoterapia

A Equoterapia é, segundo a Associação Nacional de Equoterapia- ANDE- Brasil, um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas portadoras de deficiências e/ou com necessidades especiais.

O município de Araucária passou a oferecer no ano de 2020 atendimento de Equoterapia para crianças com deficiência e/ou atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor, através de credenciamento de empresa especializada, destinado para pacientes com deficiência a partir de 03 anos.

Os quadros clínicos indicados para Equoterapia são: paralisia cerebral, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, traumatismo crânioencefálico, lesão medular, disfunção na integração sensorial, déficit de atenção e concentração, hiperatividade, autismo e síndromes diversas como *Down*, *Willians*, *Angelmann*, entre outras. Os pacientes são indicados pelo serviço que atua na área de reabilitação e no município de Araucária, a saber: CET - Centro de Especialidades Terapêuticas e SSE – Serviço de Saúde Especial. A indicação é baseada na avaliação e discussão de caso entre as equipes multiprofissionais de referência de cada serviço, obedecendo critérios técnicos, grau de severidade e possibilidade de ganhos funcionais nesta modalidade de atendimento.

3.2.1.8 Assistência Farmacêutica

A Assistência Farmacêutica é uma política pública norteadora para a formulação de políticas setoriais, tendo como alguns dos seus eixos estratégicos, a manutenção, a qualificação dos serviços de assistência farmacêutica na rede pública de saúde e a qualificação de recursos humanos, bem como a descentralização das ações. As responsabilidades com relação à Assistência Farmacêutica são divididas entre União, Estado do Paraná e o Município de Araucária, em 3 componentes: Básico, Estratégico e Especializado.

O Componente Básico é financiado pelas 3 esferas, sendo responsabilidade do município a aquisição, recebimento, armazenamento, distribuição e dispensação. É composto pelos medicamentos utilizados para tratamento das doenças mais comuns da população.

O Componente Especializado tem como objetivo majoritário a garantia da integralidade do tratamento medicamentoso em todas as fases evolutivas das doenças contempladas, em nível ambulatorial. É financiado em sua maior parte pela União.

Finalmente, o Componente Estratégico, financiado pela União, realiza ações de assistência farmacêutica dos seguintes programas de saúde estratégicos: a) controle de endemias, tais como a tuberculose, a hanseníase, a malária, a leishmaniose, a doença de Chagas e outras doenças endêmicas de abrangência nacional ou regional; b) antirretrovirais do programa DST/ Aids; c) sangue e hemoderivados; e d) imunobiológicos, sendo os medicamentos adquiridos e distribuídos pelo Ministério da Saúde.

A pessoa com deficiência têm acesso integral aos medicamentos dos 3 componentes da assistência farmacêutica desde que se enquadre nos critérios dos protocolos.

O município também dispõe de uma **Farmácia Central** onde são dispensados os medicamentos de maior custo da REMUME, itens pertencentes ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, alimentos formulados e medicamentos do Protocolo Complementar da Assistência Farmacêutica.

O elenco de medicamentos é composto de 324 medicamentos padronizados na REMUME (Relação Municipal de Medicamentos) sendo que 210 destes constam na RENAME.

3.2.1.9 Assistência Alimentar e Nutricional

Na Assistência Alimentar e Nutricional, o município conta com a atuação dos profissionais nutricionistas, que hoje se dá através de atendimento ambulatorial e visitas domiciliares, geridos e organizados pelos Departamentos de Atenção Primária e Especializada. Os encaminhamentos para estas modalidades de atendimento ocorrem através de referências das Unidades de Saúde, referências de médicos especialistas ou após encaminhamentos de altas hospitalares.

O volume maior desses atendimentos ambulatoriais são para acompanhamento de pacientes com sobrepeso/obesidade. Além disso, diabetes tipo 2, hipertensão e esteatose hepática são também queixas muito frequentes. Pacientes em terapia nutricional (com uso de suplementos alimentares ou via sonda de alimentação) também são atendidos e acompanhados ambulatorialmente, e quando necessário, em casos bastante específicos, são atendidos também através de visita domiciliar.

Além dos agravos nutricionais mencionados acima, também se reconhece as necessidades alimentares especiais como demanda para a atenção nutricional no SUS, sejam elas restritivas ou suplementares, de indivíduos portadores de alteração metabólica ou fisiológica que causem mudanças, temporárias ou permanentes, relacionadas à utilização biológica de nutrientes ou a via de consumo alimentar (enteral ou parenteral).

Todos os pacientes que fazem uso de alimentação por via enteral, seja através de sondas ou ostomias, são acompanhados trimestralmente (ou por períodos mais curtos,

conforme necessidade) por nutricionista da rede, e recebem 100% da dieta enteral ou suplementações via Farmácia Especial do Município.

3.2.1.10 Laboratório Municipal

O Laboratório Municipal Dr. Gerson Bruschini realiza atividades em caráter de apoio diagnóstico na área de análises clínicas para toda a rede de assistência à saúde do município, atendendo usuários do município através de agendamento prévio pelos serviços solicitantes, com cotas específicas para segmentos populacionais bem como tipos de procedimentos.

O Laboratório realiza diversos exames laboratoriais nas áreas de Hematologia, Hemostasia, Bioquímica, Imunologia, Hormônios, Imuno-hematologia, Urinálise, Microbiologia e Parasitologia.

Dentro do contexto epidemiológico e contando com a parceria do Laboratório Central do Estado (Lacen PR), o Laboratório Municipal de Araucária-PR realiza coleta e envio de amostras ao Lacen para diagnóstico de doenças infecciosas, com prioridade para as doenças de interesse e de notificação compulsória. Os resultados são informados através de notificações ao setor de epidemiologia do município, sendo este um papel de grande relevância para a realização da vigilância em saúde, promovendo segurança nas tomadas de decisão clínica diante das diversas patologias e problemas de saúde enfrentados pela população.

3.2.1.11 Serviço de Orientação e Atendimento às ISTs/HIV Aids e Hepatites Virais – CTA/SAE

O SAE (Serviço de Atendimento Especializado) acompanha pacientes HIV/Aids, portadores de Hepatites B/C e pacientes de sífilis.

O CTA (Centro de Testagem e Aconselhamento) atende com procura espontânea para aconselhamento, testes rápidos (HIV/SÍFILIS/HEPATITES B e C e exames convencionais quando necessário).

Há ainda a realização de coletas semanais de cargas virais (PCR) e Contagem de CD4/CD8, de monitoramento semestral ou antes quando necessário conforme PCDT (Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas). Cargas virais para hepatites B/C quinzenal. Amostras encaminhadas para LACEN (Laboratório Central do Estado). A Genotipagem de HIV/ Hepatite C é realizada semanalmente. Estes exames são encaminhados para o Centro de Genoma de São Paulo, respeitando a logística do Ministério da Saúde. O SOA é referência para encaminhamento das genotipagens do Hospital São Sebastião da Lapa.

Realiza ainda um importante papel de intensificação da conscientização dos riscos e métodos preventivos a serem adotados e ampliação diagnóstica, com campanhas de testagem em ambientes estratégicos.

A UDM - Unidade de dispensação de medicamentos, atua na dispensação de medicações de acordo com o esquema terapêutico. Está previsto para que a UDM seja também responsável pelo processo e entrega da medicação de tratamento das hepatites virais.

O SOA ainda é responsável pela logística de testes rápidos (recebimento, distribuição e relatórios mensais) e treinamentos em testes rápidos no município.

3.2.1.12 Outros Pontos Especializados da Rede de Atenção à Saúde

Centros De Atendimento em Saúde Mental

- **Serviço de Atenção em Saúde Mental à Criança e ao Adolescente (Secria)**

O SECRIA é um ambulatório de atenção em saúde mental infantojuvenil, que oferece atendimento às crianças e adolescentes com transtornos mentais graves e persistentes e os que fazem uso de crack, álcool e outras drogas. No momento, estão em atendimento crianças e adolescentes portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA) grave associado a um transtorno mental, incluindo pacientes com deficiência auditiva e síndrome de *Down*.

- **Centro de Atendimento Psicossocial II (CAPS II)**

No CAPS II são atendidas pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, e existem em tratamento para o transtorno mental pacientes portadores de deficiência intelectual e o serviço recebe qualquer portador de deficiência que necessite de tratamento para caso grave de doença mental.

- **Centro De Atendimento Psicossocial Álcool E Drogas (Caps Ad)**

O CAPS AD é um serviço que atende adultos em intenso sofrimento psíquico decorrente do uso de *crack*, álcool e outras drogas e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida, atualmente possuem em atendimento pessoas com deficiência mental, visual e auditiva.

Clínica de Diálise de Araucária

A Clínica de Diálise de Araucária possui capacidade para atender até 120 pacientes e oferece atendimento multiprofissional com médico nefrologista, nutricionista, equipe de enfermagem, serviço social, psicólogo e podologia. Além disso, disponibiliza espaços de

convivência, auditório, salas confortáveis, sendo que todos os espaços possuem acessibilidade. A estrutura também oferece tratamento com diálise peritoneal, que o paciente faz em casa.

3.2.2 Regional/Estadual

Em nível regional, o Complexo Hospital do Trabalhador – Unidade Hospital de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier é o serviço de referência para atendimento em reabilitação de pacientes com deficiência visual e física.

Ainda em nível Estadual, o serviço de referência para atendimento de pessoas com Doenças Raras é o Hospital Pequeno Príncipe.

Com relação à Deficiência Auditiva, o serviço de média complexidade de referência é a Clínicas Integradas São José e os serviços de alta complexidade de referência são os hospitais Angelina Caron e Pequeno Príncipe.

O município conta ainda com contratos com unidades terceirizadas de Apoio, Diagnose e Terapias para suprir a demanda. Além da rede privada terceirizada, existem alguns serviços contratados ofertados em outros municípios da Grande Curitiba, respeitando a regionalização e a complexidade das necessidades e das condições de saúde dos munícipes de Araucária. Esses atendimentos são realizados através do Consórcio Metropolitano de Saúde do Paraná – COMESP, que é uma forma de associação entre os municípios que possuem necessidades comuns entre si e buscam assegurar ações e serviços para sua população.

3.3 ATENÇÃO TERCIÁRIA

3.3.1 Municipal

3.3.1.1 Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência

Os componentes da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência são articulados entre si, de forma a garantir a integralidade do cuidado e o acesso regulado a cada ponto de atenção e/ou aos serviços de apoio, observadas as especificidades inerentes e indispensáveis à garantia da equidade na atenção a estes usuários.

Conforme o Artigo 22 da Portaria nº 793 de 2012, a Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência deverá responsabilizar-se pelo acolhimento, classificação de risco e cuidado nas situações de urgência e emergência das pessoas com deficiência, instituir equipes de referência em

reabilitação em portas hospitalares de urgência e emergência vinculadas à ação pré deficiência, ampliar o acesso e qualificar a atenção à saúde para pessoa com deficiência em leitos de reabilitação hospitalar, ampliar o acesso regulado da atenção à saúde para pessoas com deficiência em hospitais de reabilitação e ampliar o acesso às urgências e emergências odontológicas.

A Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no município de Araucária é composta pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Pronto atendimento Infantil (PAI), Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e Hospital Municipal de Araucária (HMA), tendo responsabilidades e competências para assumir questões do acolhimento, da classificação de risco e cuidado nas situações de urgência e emergência que envolvem pessoas com deficiência.

3.3.1.2 Triagem Neonatal

A triagem neonatal é uma ação preventiva que permite fazer o diagnóstico de diversas doenças congênitas, sintomáticas e assintomáticas, no período neonatal a tempo de interferir no curso da doença, permitindo, dessa forma, a instituição do tratamento precoce específico e a diminuição ou eliminação das sequelas associadas a cada doença. A triagem neonatal é realizada na Maternidade do Hospital Municipal de Araucária (HMA).

Todos os casos alterados são acompanhados pela Atenção Primária nas unidades de saúde de abrangência da residência de cada paciente.

Teste da Orelhinha

O Teste da Orelhinha ou TANU é realizado como triagem em nível hospitalar, antes da alta da criança, entre 24 e 48 horas após o nascimento. Em necessidade de reteste, este deve ser realizado após o 20º dia de vida no próprio hospital.

Contudo, crianças que nasceram em outro município ou que porventura não realizaram no Hospital Municipal de Araucária (HMA) em internamento neonatal, são encaminhadas para o CET pelas fonoaudiólogas das unidades básicas para a realização do referido teste em até no máximo 90 dias após o nascimento para a realização do exame de Emissões Otoacústicas Evocadas (EOAE) e acompanhamento audiológico.

No caso de falha no teste dos neonatos com ou sem indicadores de risco para deficiência auditiva (IRDA), os pais são orientados sobre a necessidade e importância de realizar o reteste, no mesmo serviço que realizou o primeiro teste, no período de até 30 dias após a alta hospitalar.

Os neonatos com malformação de orelha externa, mesmo que unilateral, são encaminhados imediatamente para avaliação otorrinolaringológica e audiológica, em centros de referência especializados.

O fechamento auditivo é realizado em crianças que falharam na triagem neonatal ou não a realizaram. As crianças que falharem devem ser acompanhadas trimestralmente até o fechamento de diagnóstico auditivo por meio das EOA e PEATE - Exame de Potenciais Evocados Auditivos de Tronco Encefálico (ou BERA) clínico até os 90 dias de idade.

Os neonatos e lactentes com Indicadores de Risco para Deficiência Auditiva (IRDA) realizam o monitoramento audiológico (MA), até os 24 meses, semestralmente no CET.

As crianças em MA são acompanhadas também na Atenção Primária, onde cabe ao fonoaudiólogo da unidade acompanhar o desenvolvimento da audição e da linguagem da criança. Caso o profissional observe que a mesma apresente um desenvolvimento aquém do esperado ou em qualquer momento que os pais tenham uma suspeita de deficiência auditiva, o profissional deverá encaminhar para diagnóstico auditivo no CET.

Quando detectada a necessidade de uso de aparelho de amplificação sonora (com exames auditivos realizados e encaminhamento do médico otorrinolaringologista), os pacientes são encaminhados para o CET, onde são inseridos em fila de espera para aquisição do aparelho através da Regulação Estadual. Nos casos onde seja necessário o implante coclear, o encaminhamento é realizado pelo médico via Central de Regulação para os serviços de alta complexidade.

Teste do Pezinho

O Teste do Pezinho é um exame realizado a partir do sangue coletado do calcanhar do recém-nascido através de uma punção com lanceta estéril e descartável. A realização do teste é obrigatória em todo o território nacional e a coleta deve ser feita no momento da alta hospitalar. O objetivo do exame é detectar, de maneira mais efetiva, doenças genéticas e metabólicas que podem desencadear a deficiência intelectual comprometendo a saúde da criança.

Os casos positivos são encaminhados para tratamento, o mais rápido possível, diminuindo as chances de que o recém-nascido venha a desenvolver complicações graves causadas pelas doenças pesquisadas. Por isso a realização do exame já nos primeiros dias de vida da criança é tão importante e necessária. As doenças pesquisadas no teste do pezinho são as seguintes: Fenilcetonúria, Hipotireoidismo Congênito, Fibrose Cística, Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias, Deficiência de Biotinidase; Hiperplasia Adrenal Congênita, Deficiência da desidrogenase acetil CoA de cadeia curta (SCAD), Deficiência da desidrogenase acetil CoA de cadeia média (MCAD), Deficiência da desidrogenase acetil CoA de cadeia longa (LCHAD), Deficiência da desidrogenase acetil CoA de cadeia muito longa (VLCAD) e Deficiência do transporte da carnitina primária (CTD).

A coleta do exame do teste do pezinho é realizada na maternidade do Hospital Municipal de Araucária (HMA), antes da alta do recém-nascido e geralmente após as 48

horas após o nascimento, caso ocorra a coleta antes deste prazo, ou em situações de prematuridade, o exame deve ser repetido na Unidade de Saúde mais próxima da família.

O teste do pezinho é encaminhado para o laboratório da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional (FEPE), para análise, sendo o serviço de referência para triagem neonatal no Paraná.

Teste do Olhinho

O teste do reflexo vermelho (TRV) também conhecido como teste do olhinho é uma ferramenta de rastreamento de alterações que possam comprometer a transparência dos meios oculares, tais como catarata (alteração da transparência do cristalino), glaucoma (alteração da transparência da córnea), toxoplasmose (alteração da transparência do vítreo pela inflamação), retinoblastoma (alteração da transparência do vítreo pelo tumor intraocular), deslocamentos de retina tardios (BRASIL, 2013).

O TRV deve ser realizado utilizando um oftalmoscópio. Não havendo necessidade de colírios. O exame do TRV é realizado no Hospital Municipal de Araucária (HMA), antes da alta do recém-nascido, conforme dispõe a Lei nº 14.601, de 28 de Dezembro de 2004. Em caso de reflexo alterado ou suspeito, o recém-nascido é encaminhado para a consulta com o médico oftalmologista, pela Unidade de Saúde, durante a consulta de puericultura (BRASIL, 2013).

Os resultados positivos de catarata congênita em recém-nascidos devem ser encaminhados para cirurgia, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar da data do resultado do exame (BRASIL, 2013).

Teste do Coraçãozinho

O Teste do Coraçãozinho consiste na aferição da oximetria de pulso (quanto oxigênio o sangue está transportando) de forma rotineira em recém-nascidos cujo objetivo é a detecção precoce das cardiopatias congênitas. A triagem pela oximetria de pulso, é realizado no Hospital Municipal de Araucária (HMA), entre 24 e 48 horas de vida, antes da alta hospitalar, conforme orienta a Portaria nº 20, de 10 de junho de 2014, o teste do coraçãozinho, deve ser realizado de forma universal (MS, 2018).

As cardiopatias congênitas são anomalias resultantes de defeitos anatômicos do coração e/ou dos grandes vasos ocasionadas pelo desenvolvimento embriológico alterado, levando a comprometimento da estrutura e/ou da função cardíaca (MS, 2018). Em caso de resultado anormal, ou seja, que apresentaram alguma alteração, o recém-nascido realiza um exame, o ecocardiograma, dentro das 24 horas seguintes (MS, 2018).

3.2.2 Regional/Estadual

Os Hospitais Gerais onde as pessoas com deficiência podem ser atendidas, de acordo com as especificidades de cada local, além do Hospital Municipal de Araucária, contempla:

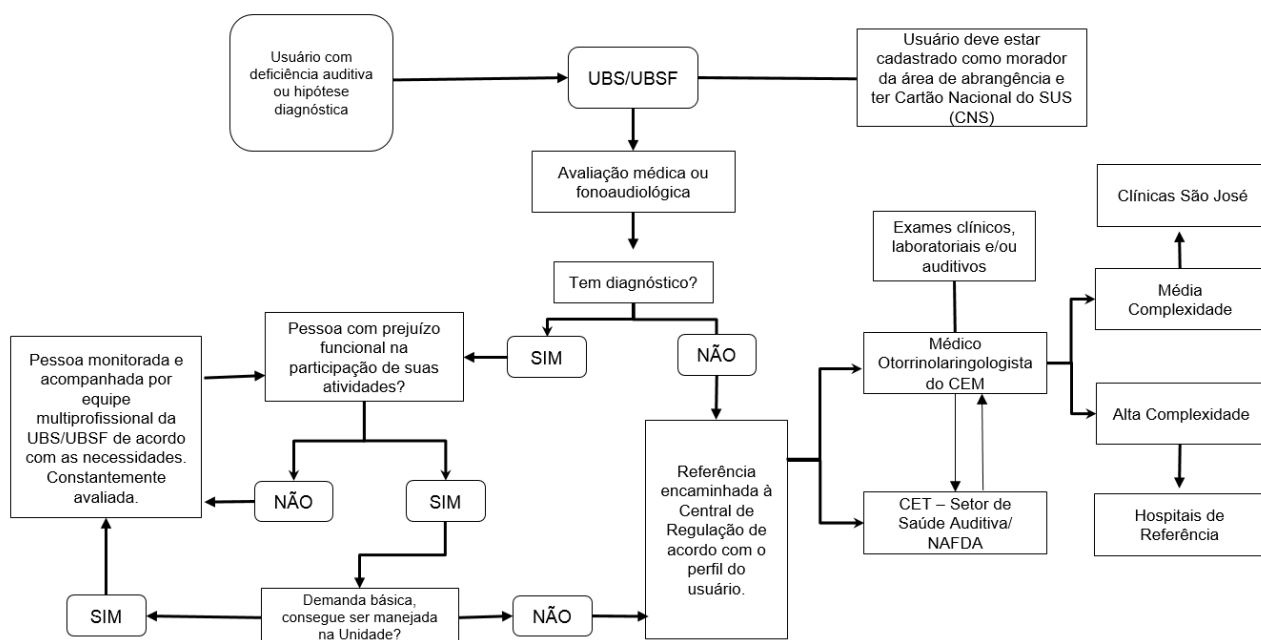
- Hospital Pequeno Príncipe
- Hospital de Clínicas
- Hospital Angelina Caron
- Hospital Evangélico
- Hospital Nossa Senhora do Rocio
- Hospital Erasto Gaertner
- Hospital de Dermatologia Sanitária do PR - São Roque
- Médicos de Olhos (Centro Oftalmológico)
- Hospital são Lucas
- Hospital Infantil Waldemar Monastier
- Hospital Cajuru
- Hospital Santa Casa
- Centro Hospitalar de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier (CHR)
- Hospital Cruz Vermelha.

O Hospital de Reabilitação de referência para atendimento aos pacientes do município encontra-se no Centro Hospitalar de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier, unidade do Complexo Hospital do Trabalhador.

3.4 FLUXO DE REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA DOS SERVIÇOS DA LINHA DE CUIDADO À SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

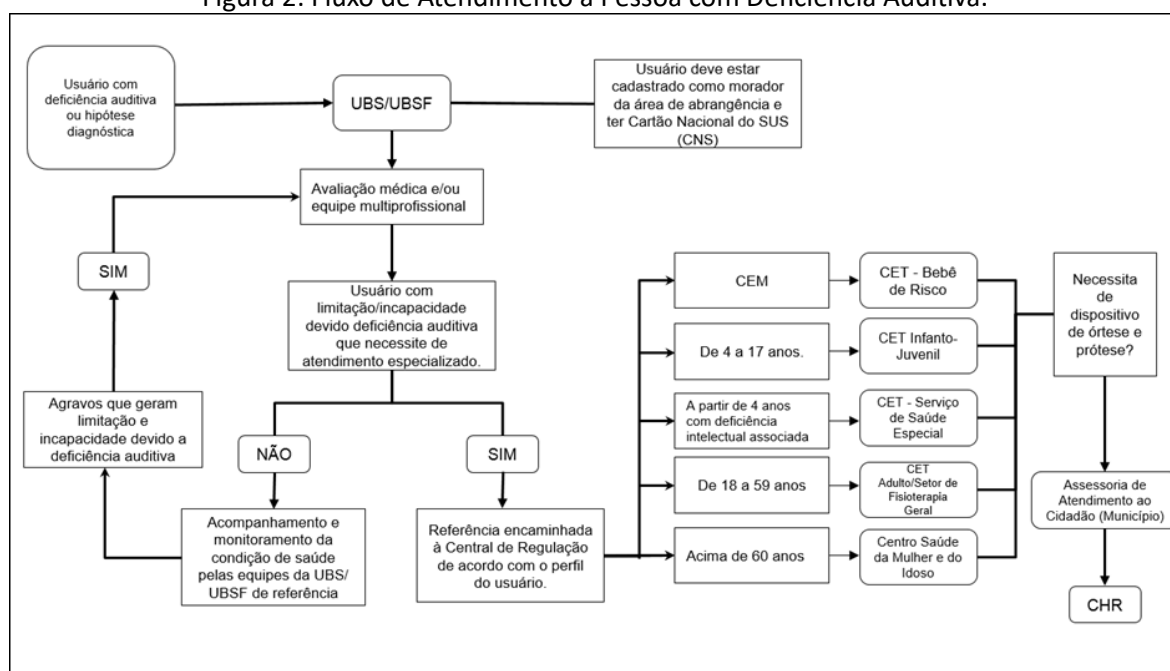
3.4.1 Fluxo Deficiência Auditiva

Figura 1: Fluxo de Dispensação de Aparelhos Auditivos e Reabilitação Auditiva no Município de Araucária



Fonte: Direção Assistencial, SMSA, 2021

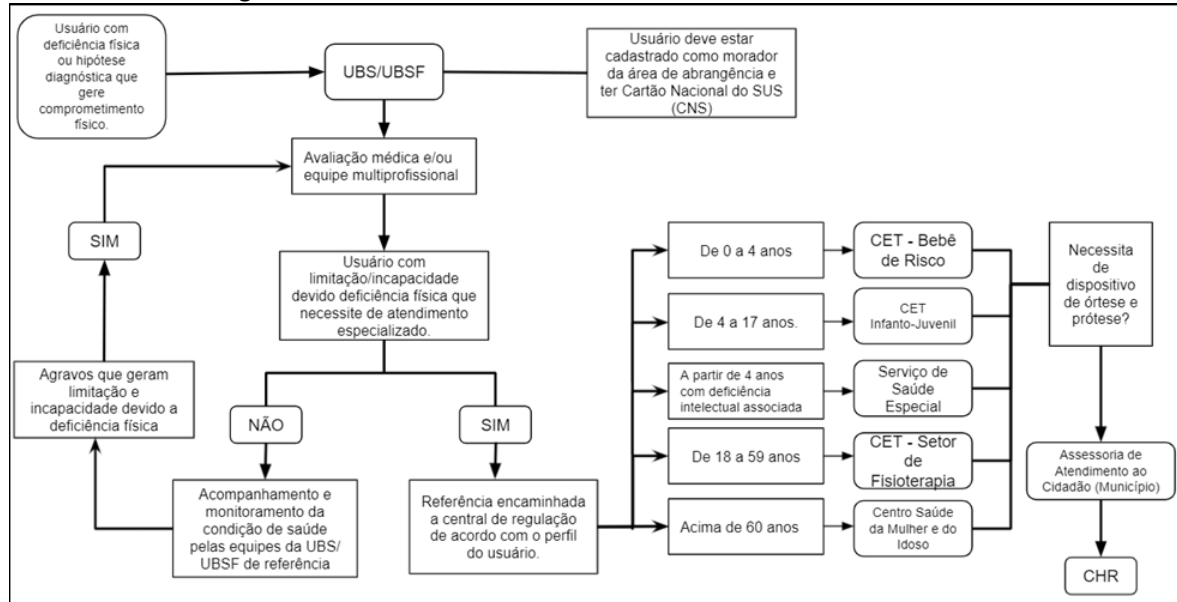
Figura 2: Fluxo de Atendimento à Pessoa com Deficiência Auditiva.



Fonte: Direção Assistencial, SMSA, 2021

3.4.2 Fluxo Deficiência Física

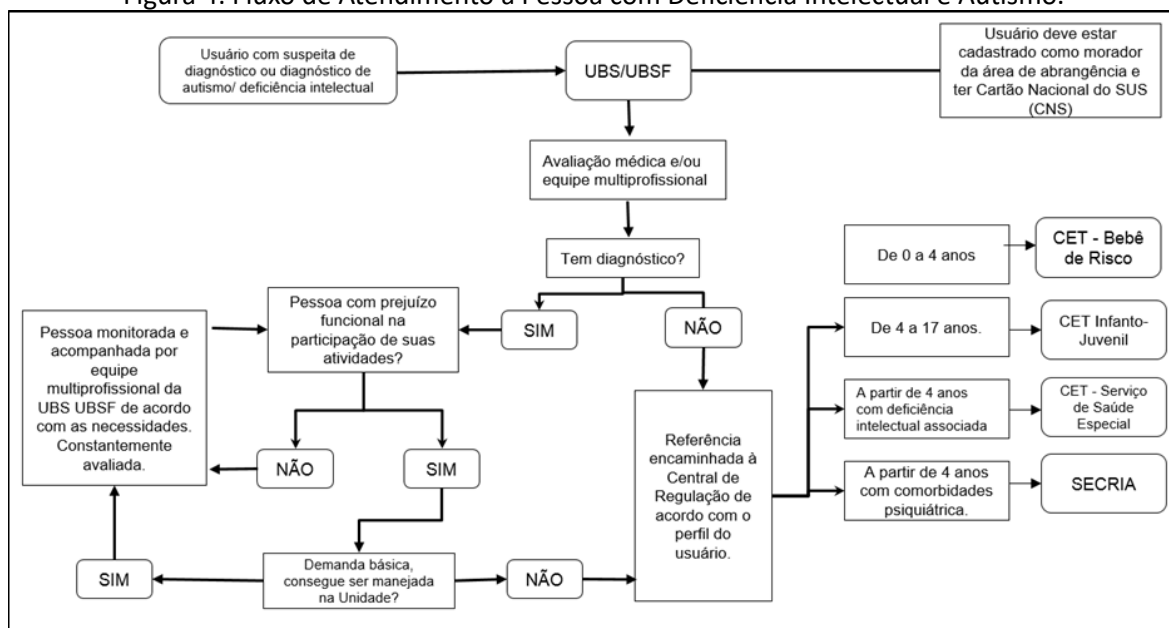
Figura 3: Fluxo de Atendimento à Pessoa com Deficiência Física.



Fonte: Direção Assistencial, SMSA, 2021

3.4.3 Fluxo Deficiência Intelectual/ Autismo

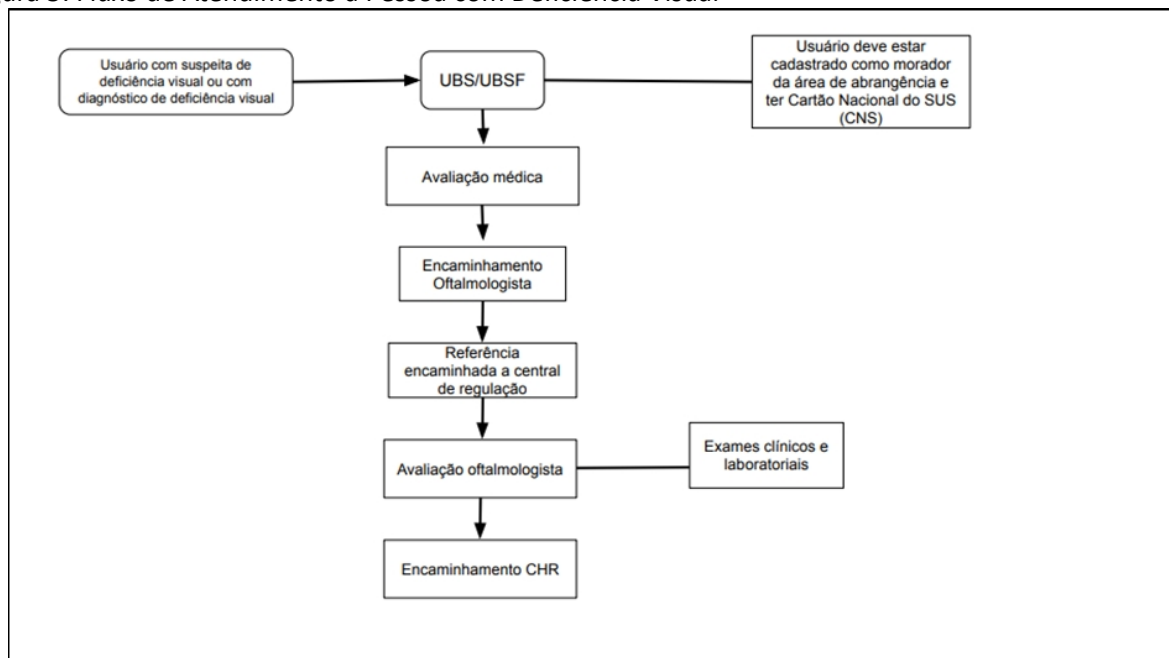
Figura 4: Fluxo de Atendimento à Pessoa com Deficiência Intelectual e Autismo.



Fonte: Direção Assistencial, SMSA, 2021

3.4.4 Fluxo Deficiência Visual

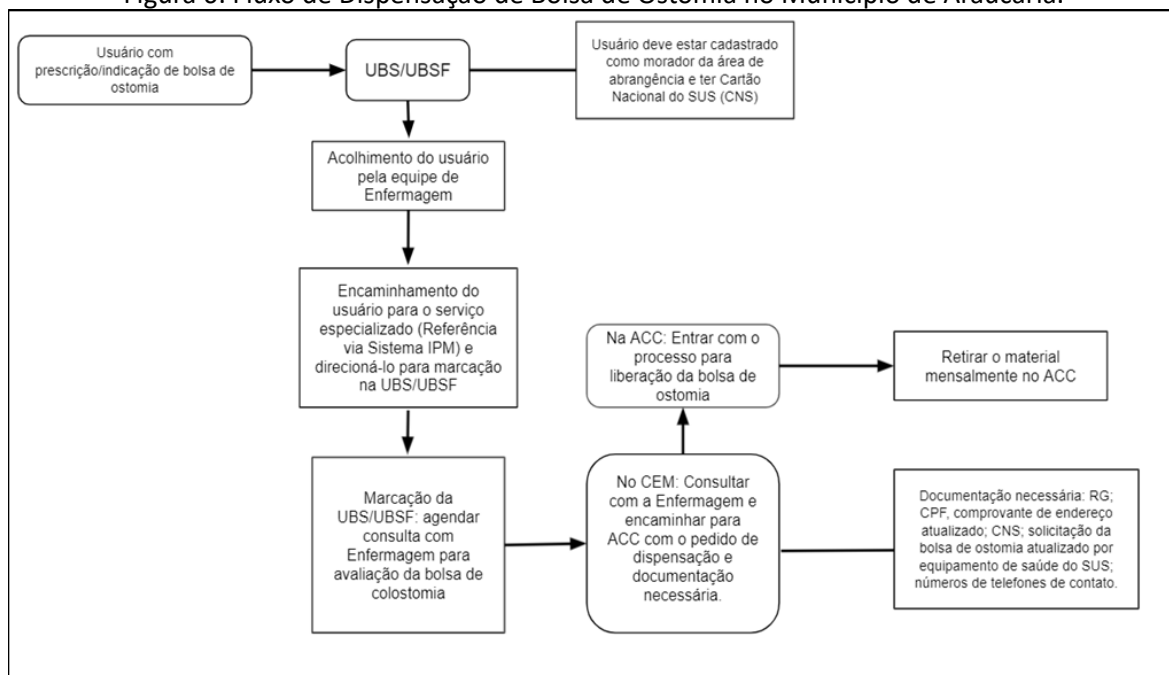
Figura 5: Fluxo de Atendimento à Pessoa com Deficiência Visual



Fonte: Direção Assistencial, SMSA, 2021

3.4.5 Fluxo Ostomias

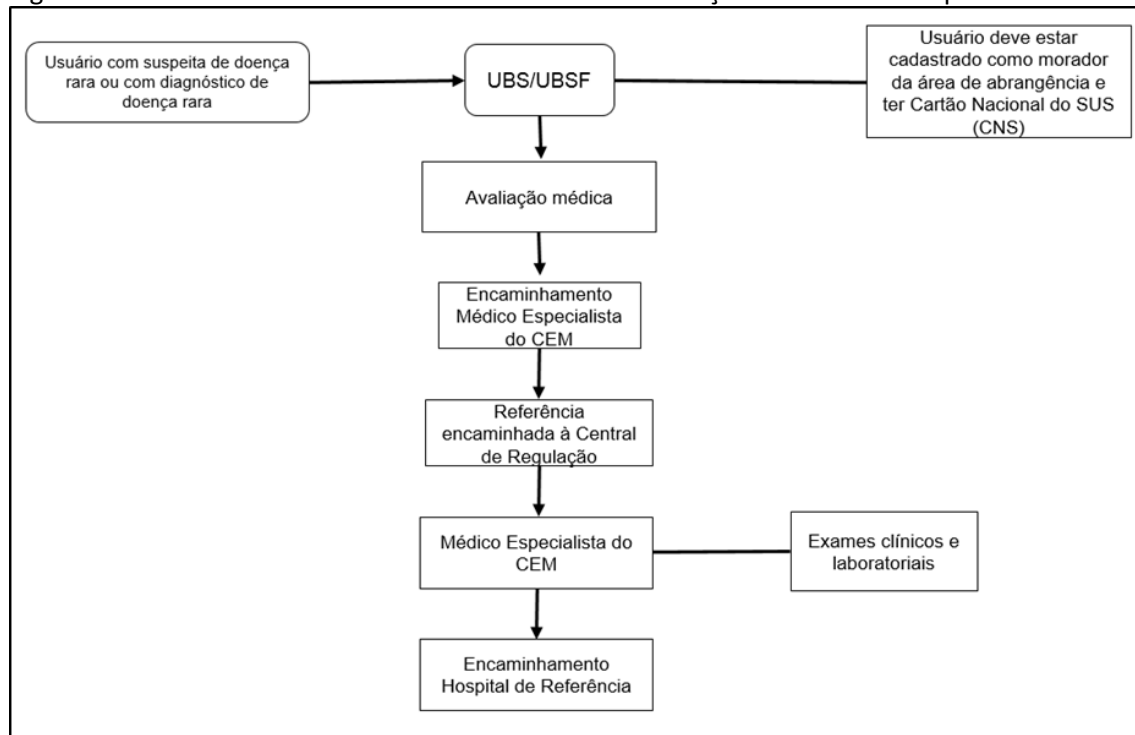
Figura 6: Fluxo de Dispensação de Bolsa de Ostomia no Município de Araucária.



Fonte: Direção Assistencial, SMSA, 2021

3.4.6 Fluxo Doenças Raras

Figura 7: Fluxo de Encaminhamento das Pessoas com Doenças Raras no Município de Araucária.



Fonte: Direção Assistencial, SMSA, 2021

3.4.7 Acesso da Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência

A porta de entrada das pessoas com deficiência se dá pelas Unidades de Saúde do município que realizaram acolhimento, verificação do cadastro ou cadastramento, avaliação e encaminhamento os usuários, de acordo com as suas necessidades, para os serviços especializados, para tanto é importante apresentarem os seguintes documentos:

- Carteira de Identidade (original e cópia);
- Comprovante de residência (cópia);
- CPF;
- Cartão Nacional do SUS (se já cadastrado).

Para acesso aos serviços especializados, além dos documentos citados acima, é importante que a pessoa com deficiência apresente a prescrição/encaminhamento do médico.

3.4.7.1 Regulação em Saúde

A Regulação em Saúde é compreendida como instrumento de gestão essencial para garantia da assistência qualificada e resolutiva e abrange ações de regulamentação, contratualização, regulação do acesso, controle, auditoria e avaliação sobre a produção de serviços em saúde.

A regulação do acesso dos usuários aos diferentes pontos do SUS é um instrumento de gestão essencial para a garantia de assistência qualificada e resolutiva a ser disponibilizada para toda população. Esta atividade cumpre papel preponderante na organização da Rede de Assistência, visando à eficiência e eficácia do cuidado, desde a determinação do diagnóstico correto, até o tratamento do quadro clínico, em tempo oportuno, contribuindo para a racionalização do fluxo assistencial e garantindo a qualificação do processo assistencial com economia de escala e otimização da capacidade instalada.

Em nível municipal, a Secretaria Municipal de Saúde realiza a regulação em saúde através da Central de Regulação Ambulatorial - CRA, a qual é responsável acesso às consultas e procedimentos especializados nos serviços próprios e contratualizados, além de ser referência junto ao sistema estadual de regulação, de forma a articular o acesso assistencial.

Em nível estadual, o complexo regulador macrorregional do Paraná partir de 2019 organizou-se em quatro macrorregiões, sendo cada central macrorregional mantida no município-sede de macro; e mediante uma central estadual, com ascendência sobre as centrais macrorregionais, situada em Curitiba. Havendo a integração de processos de trabalho entre a Regulação de Urgência e de Leitos Especializados, a fim de garantir a linearidade de cada atendimento.

Como ferramenta de regulação do acesso assistencial está o Sistema Estadual de Regulação Care Paraná (Central de Acesso à Regulação do Paraná). Implantado desde 2012 e atualizado em 2019, o sistema proporciona as seguintes formas de Regulação: Urgência e Emergência e Unidades de Suporte Avançado e de Suporte Básico de Vida; controle de internações hospitalares, agendamentos de consultas e procedimentos especializados, Cirurgias Eletivas, liberação de AIH e Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade (APAC) da rede prestadora de serviços públicos e privados contratados pelo SUS no estado do Paraná.

4. REDE AMPLIADA

Na Rede Ampliada de Araucária, estão presentes serviços públicos importantes para o desenvolvimento de ações voltadas para a pessoa com deficiência e instâncias de controle social que constituem coletivos de trabalho intersetorial.

4.1 SERVIÇOS PÚBLICOS DA REDE AMPLIADA

Na sequência, apresentamos as estruturas de atendimento à pessoa com deficiência da Educação e Assistência Social, e a forma como se relacionam com os serviços de saúde, compondo esta Linha de Cuidado.

Quadro 2: Equipamentos da Secretaria Municipal de Educação - SMED

Secretaria Municipal de Educação - SMED	
A Rede de Atenção à Saúde desenvolve ações em interlocução com os equipamentos educacionais especializados, conforme descrito abaixo. O Atendimento Educacional Especializado da SMED baseia-se em ações intersetoriais e transversais , e é regido pela Resolução CME/ARAUCÁRIA Nº 01/2016 e demais legislações pertinentes.	
CMAEE Transtornos Globais do Desenvolvimento	<p>Atende crianças e adolescentes. Os serviços especializados de saúde mental - SECRIA e reabilitação - CET têm articulação com o CMAEE-TGD e encaminham crianças e adolescentes para matrícula. As equipes trabalham em conjunto realizando discussão de casos e projetos terapêuticos</p> <p>Art. 12 – O Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado -Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD, é uma Unidade Educacional Destinada às crianças e estudantes com Transtorno do Espectro Autista - TEA e que requeiram complementação no processo de escolarização em virtude de diagnósticos de autismo, independente de seus níveis de gravidade em relação ao déficit de comunicação, déficit de interação social, déficit de comportamentos restritos e repetitivos, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil, os quais, em interação com as diversas barreiras podem dificultar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais crianças e estudantes.</p>
CMAEE Área Visual	<p>Atende crianças e adolescentes. Recebe alunos após avaliação oftalmológica da rede pública e privada.</p> <p>Art. 14 - O Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado – Área Visual – CMAEE-AV é uma Unidade Educacional, que complementa o processo de escolarização das crianças e estudantes com baixa visão, cegueira ou outros acometimentos visuais, como ambliopia funcional, doenças progressivas distúrbios de alta refração, que por meio da disponibilização de recursos de tecnologia assistiva e ensino de técnicas para plena</p>

	participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem proporcionando experiências que desenvolvam sua autonomia.
CMAEE Área da Surdez	<p>Atende alunos, crianças e adolescentes. Trabalha em estreita articulação com o CET, o que oportuniza agilidade nas avaliações audiométricas e na inserção no CMAEE.</p> <p>Art. 13 – O Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado – Área da Surdez – CMAEE–S, é uma Unidade Educacional, que complementa o processo de escolarização da criança e estudante com surdez e deficiência auditiva, sendo ou não usuário do dispositivo eletrônico de implante coclear, associada ou não a outra deficiência, escrita e/ou oral, por meio da utilização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e a Língua Portuguesa para o acesso ao conhecimento formal e a aprendizagem.</p>
CMAEE-AI- Joelma do Rocio Túlio	Atende alunos, crianças e adolescentes. O Serviço de Saúde Especial está sediado junto a este CMAEE, e as equipes pedagógica e terapêutica trabalham em conjunto no atendimento à pessoa com deficiência intelectual, associada ou não a outras deficiências e transtornos mentais.
CMAEE-AI- Padre José Anusz	<p>Atende pedagogicamente público adulto com deficiência intelectual. Estes recebem assistência especializada em saúde no SSE e em outros pontos da Rede.</p> <p>Art. 15 - O Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado – Área Intelectual – CMAEE – AI, é uma Unidade Educacional destinada às crianças, adolescentes e adultos com deficiência intelectual e /ou múltipla, deficiência física associada ou não a outras deficiências que requeiram complementação ou apoio ao processo de escolarização, formação, acompanhamento e trabalho articulado com o Serviço de Saúde Especial e Assistência Social de forma sistemática.</p>
SEAIT - Serviço Educacional de Apoio à Inclusão no Trabalho	<p>Atende pessoas com deficiência para formação profissional e direcionamento a vagas de emprego. Apoia os serviços de saúde recebendo pacientes dentro de um contexto terapêutico.</p> <p>Art. 16 - O Serviço Educacional de Apoio à Inclusão no Trabalho – SEAIT, configura um serviço que presta o AEE por meio de ações intersetoriais e transversais que objetiva o acesso, permanência e promoção do público-alvo da Educação Especial nos espaços educacionais e no trabalho, atendendo adultos, jovens e adolescentes a partir dos 14 anos na condição de aprendiz.</p>
Avaliação Psicoeducacional	A avaliação psicoeducacional atende as necessidades das unidades educacionais para alunos com dificuldades de aprendizagem, dentre as quais as deficiências. O fluxo e os critérios de encaminhamento são da Educação, e comumente o processo acarreta encaminhamentos para atendimentos em saúde.

Sala de recursos multifuncionais	<p>As salas estão anexadas às unidades educacionais, e atendem alunos com quadro de deficiência intelectual e autismo leves. Os serviços de saúde avaliam, atestam e encaminham crianças e adolescentes para este atendimento educacional especializado.</p> <p>Art 4º - Para o ingresso nas Salas De Recursos Multifuncionais - SRM's e nos Centros Municipais de Atendimento Educacional Especializado – CMAEE's, deverá realizar-se o Estudo de Caso e/ou Avaliação Psicoeducacional ou Interdisciplinar; Avaliação Pedagógica, sendo laudo médico complementar do Plano de AEE.</p> <p>Art. 10 - As Salas de Recursos Multifuncionais – SRM do Tipo I e/ou Tipo II, localizadas nas Unidades Educacionais de Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental, são destinadas às crianças e estudantes com deficiência intelectual, mental ou sensorial, associada ou não a outras, deficiência física, Altas Habilidades/Superdotação, Transtornos Globais do Desenvolvimento e/ou TEA, deficiência intelectual com comorbidades associadas ao Transtorno Disruptivo.</p>
----------------------------------	---

Fonte: Direção Assistencial, SMSA, 2021.

Quadro 3: Equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS.

Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS	
<p>O SUAS de Araucária é composto pelos vários serviços que atendem pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade - dentre os quais as pessoas com deficiência - de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. (BRASIL, 2013). A Rede de Atenção à Saúde se articula com o SUAS através de atuações conjuntas, discussões de caso e encaminhamentos intersetoriais. Entre 2019 e 2021, a SMAS registrou 9481 atendimentos à PCD (excluindo-se os atendimentos de Benefício de Prestação Continuada) nos equipamentos do SUAS. Abaixo, destacamos os equipamentos que prestam assistência à pessoa com deficiência de forma mais específica.</p>	
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família	Proteção Social Básica
SCVF - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Idosas e com Deficiência	
Concessão e encaminhamento para benefícios assistenciais (como BPC)	
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas e com Deficiência	Proteção

Serviços de Acolhimento Institucional	Social Especial
---------------------------------------	--------------------

Fonte: Direção Assistencial, SMSA, 2021.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araucária (APAE) também compõe o conjunto de serviços que tem por finalidade prestar atendimento educacional e assessoramento na garantia de direitos aos educandos com deficiência intelectual e/ou múltipla, oferecendo um programa de ensino que vise o desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades. A APAE compõe a Rede de Proteção pontualmente. Criada em 1984 atende alunos a partir de 6 anos de idade. Os equipamentos de saúde que apoiam diretamente a APAE são a UBSF Lagoa e o Serviço de Saúde Especial.

4.2 CONTROLE SOCIAL - REDE AMPLIADA

Os fóruns de controle social são ambientes de debate e deliberação entre os diferentes setores públicos e a sociedade. A temática da PCD tem seu conselho próprio, o *COMUDE - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência*. Além deste, a política PCD também pode ser debatida nos seguintes conselhos (todos possuem conselheiros representantes da Saúde):

- COMUSAR - Conselho Municipal de Saúde
- CMAS - Conselho Municipal de Assistência
- CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CME - Conselho Municipal de Educação
- CMDPI - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
- COMDIM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

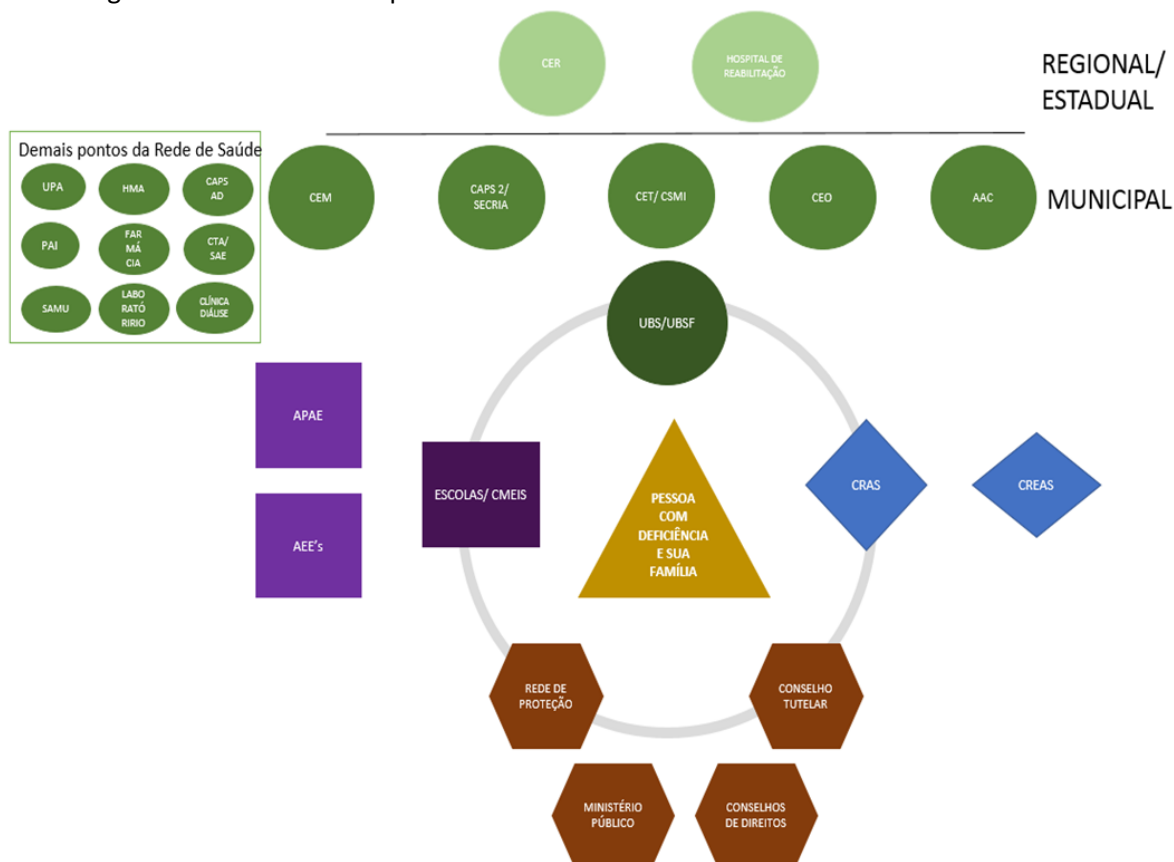
Desde 2009, o município de Araucária tem estruturada uma Rede de Proteção que se organiza em Grupo Gestor (composto pelas secretarias de Saúde, Educação e Assistência) e 16 grupos de trabalho territorializados (Redes de Proteção Locais)³. As Redes de Proteção são compostas por equipes dos diversos equipamentos públicos, inclusive dos Conselhos Tutelares. Nas reuniões mensais de rede de proteção nos territórios são discutidas situações-problema a nível individual/familiar e comunitário e definidas estratégias de abordagem coordenada entre os participantes. As situações tratadas nas Redes podem ser violências ou vulnerabilidades, e com frequência atendem questões relacionadas à PCD. A Rede de Proteção de Araucária é uma instituição reconhecida perante o Ministério Público e o Poder Judiciário, que também participam dela e respaldam seu trabalho.

³Protocolo da Rede de Proteção do Município de Araucária para Atendimento às Situações de Violência, 2019.

A experiência de 12 anos de trabalho em Redes de Proteção traz para as equipes técnicas em todos os níveis de atenção a expertise do trabalho multiprofissional e intersetorial diante de situações complexas. Por isso, a prática de trocas e discussões técnicas entre serviços se faz de forma orgânica, agilizando e qualificando a atenção à pessoa que necessita.

5. DESENHO MUNICIPAL DA LINHA DE CUIDADO À SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Figura 8: Desenho Municipal da Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência



Legenda

<p>AAC – Assessoria de Atendimento ao Cidadão</p> <p>AEE – Atendimento Educacional Especializado</p> <p>APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais</p> <p>CAPS AD – Centro de Atendimento Psicossocial – Álcool e Drogas</p> <p>CAPS 2 – Centro de Atenção Psicossocial 2</p> <p>CEM – Centro de Especialidades Médicas</p> <p>CEO – Centro de Especialidades Odontológicas</p> <p>CER – Centro Especializado de Reabilitação</p> <p>CET – Centro de Especialidades Terapêuticas</p> <p>CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil</p> <p>CSMI – Centro de Saúde da Mulher e do Idoso</p> <p>CRAS – Centro de Referência de Assistência Social</p> <p>CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social</p>	<p>CTA/SAE – Centro de Testagem e Aconselhamento/ Serviço de Assistência Especializada em HIV/Aids</p> <p>HMA – Hospital Municipal de Araucária</p> <p>PAI – Pronto Atendimento Infantil</p> <p>SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência</p> <p>SECRIA – Serviço de Atenção em Saúde Mental a Criança e ao Adolescente</p> <p>UBS – Unidade Básica de Saúde</p> <p>UBSF – Unidade Básica de Saúde da Família</p> <p>UPA – Unidade de Pronto Atendimento</p>
---	--

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2021.

6.REFERÊNCIAS

ARAUCÁRIA. Câmara Municipal de Araucária. Lei Complementar n.º 25 de 22 de outubro de 2020. Diário Oficial do Município. Edição 696. Araucária, 2020. Disponível em: <<https://araucaria.atende.net/diariooficial/edicao/539/texto/75204>>. Acesso em 18 nov. 2021

ARAUCÁRIA. Rede de Proteção. **Protocolo da Rede de Proteção do Município de Araucária para atendimento às situações de violência** . Araucária: 2017.

BRASIL. Comissão Intergestores Tripartite. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Seção 1:38 de 27 de janeiro de 2017. **Resolução nº 12** , de 26 de janeiro de 2017. Brasília, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência Farmacêutica no SUS**. Brasília: CONASS, 2007.

BRASIL. **Lei nº 13.830, de 13 de maio de 2019** . Dispõe sobre a prática da Equoterapia. Diário Oficial da União. Edição: 91 Seção: 1. Publicado em:14/05/2019. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n%C2%BA-13.830-de-13-de-maio-de-2019-96113173>>. Acesso em 23 nov. 2021

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Secretaria Nacional da Assistência Social, 2013. Disponível em: <><http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/livro%20Tipificaca%20Nacional%20-%2020.05.14%20%28ultimas%20atualizacoes%29.pdf>>. Acesso em: 24/ nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas **Manual técnico da Gestação de Alto Risco** 5ª edição. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_gestacao_alto_risco.pdf>. Acesso em 23 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição. **XI Encontro de Alimentação e Nutrição do SUS** , 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria Nº 793, de 24 de abril de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Contribuições dos**

Núcleos de Apoio à Saúde da Família para a Atenção Nutricional. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/contribuicoes_saude_familia_atencao_nutricional.pdf>. Acesso em: 23/ nov. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em:<https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao> Acesso em: 23 nov. 20

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (2007).

Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Vitória: Ministério Público do Trabalho, 2014. Disponível em: <http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/downloads/ONU_Cartilha.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema Cidades** . 2021. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/araucaria/panorama>>. Acesso em 28. out. 2021

_____ (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde.** 2019. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?=&t=resultados>>. Acesso em 18 nov. 2021.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). Governo do Estado do Paraná. Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e Turismo. Relatório de cálculo de área dos municípios do estado do Paraná. Curitiba, 2020. Disponível em: <http://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-10/relatorio_de_calculo_de_area_dos_municipios_do_parana_2020_-_final.pdf> Acesso em 28. out. 2021.

JAMONE, Lucas; ALMEIDA, Pauline. O Brasil tem mais de 17 milhões de pessoas com deficiência, segundo o IBGE. In **CNN Brasil** . Rio de Janeiro: 26 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-tem-mais-de-17-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-segundo-ibge/>>. Acesso em, 18/11/2021.

FIOCRUZ. Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. **Relatório Mundial sobre a Deficiência** . S/D. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/relatorio-mundial-sobre-a-deficiencia/>>. Acesso em: 18 nov. 2021

OLIVEIRA, Ana Emilia Figueiredo; GARCIA, Paola Trindade. **Redes de Atenção à Saúde:** Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência. São Luís: EDUFMA, 2017.

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da

República. Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. **Cartilha do Censo 2010: Pessoas com Deficiência**. Brasília : SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <<http://www.unievangelica.edu.br/novo/img/nucleo/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

Organização Mundial da Saúde. **Relatório mundial sobre a deficiência**. Tradução de Lexicus Serviços Lingüísticos. São Paulo : SEDPcD, 2012. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/09/9788564047020_por.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.

Organização Mundial da Saúde. **CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Traduzida por Cassia Maria Buchala. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: EDUSP, 2003. Disponível em: <<http://uniapae.apaebrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/10/CLASSIFICAÇÃO-INTERNACIONAL-DE-FUNCIONALIDADE-INCAPACIDADE-E-SAÚDE.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2021

UMPIERRE, R.N. et al. **Alimentação e nutrição na atenção primária à saúde**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/telessauders/documentos/cursos/livro_nutricao_e_alimentacao_na_aps_v019.pdf> Acesso em: 23 nov. 2021.

7. HISTÓRICO DE REVISÕES

Identificação: Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência			
Edição	Elaborado por (Nome/data)	Aprovado por (Nome/data)	Descrição da Edição
0	Linha de Cuidado da Pessoa com Deficiência no Município de Araucária out /2023	Lucas Foltz 10/10/2023	Elaboração da Linha de Cuidado